

A CONCESSÃO DE BOMBAIM AOS BRITÂNICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO TERRITÓRIO DE BAÇAIM (1661-1668)*

ANDRÉ TEIXEIRA **

ISABEL ALMEIDA **

PEDRO NOBRE **

1. O tratado de paz anglo-português de 1661

Após a Restauração, Portugal procurou estabelecer alianças diplomáticas com os reinos vizinhos, a fim de legitimar a sua recente independência, ganhar aliados para o previsível conflito com Espanha e conter o assédio ao seu império; a estratégia portuguesa passava por tirar partido do jogo de equilíbrios europeus.¹ Inicialmente o apoio internacional restringiu-se à Coroa francesa, interessada na divisão do esforço de guerra espanhol em mais uma frente. Também junto das Províncias Unidas foi possível uma aproximação, embora a convergência de interesses no Velho Continente contrastasse vivamente com a rivalidade ultrama-

* Este texto resulta do trabalho realizado no âmbito do projecto “Bombaim antes dos Ingleses. A marca portuguesa no território da antiga península de Bombaim”, do Centro de Estudos de Arquitectura da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra e do Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dirigido pelo Prof. Arquitecto Walter Rossa e que, desde 2004, tem financiamento e apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia e da Fundação Oriente.

** Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

¹ Para todo este contexto veja-se Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, 2.ª edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1992, pp. 140-41; Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, s/d., pp. 158-59 e ss..

rina. A paz de Vestefália de 1648 fez surgir o Reino Unido como uma alternativa para a política externa portuguesa, não obstante as dificuldades de aproximação dos tempos filipinos, com a participação lusa na Armada Invencível, os ataques britânicos às costas de Portugal e a expansão destes na Ásia, bem como a paz anglo-espanhola de 1630 e a guerra civil entre realistas e parlamentares.² A aproximação entre os dois Estados esboçou-se com Carlos I e efectivou-se com Cromwell, sendo assinada a paz e confederação em 1654, na qual se concediam, fundamentalmente, amplas liberdades para os comerciantes britânicos no reino e no império português.³ Este acordo consagrou, aliás, o início de “uma acentuada supremacia política da Inglaterra em relação a Portugal”.⁴

Em relação aos neerlandeses, depois de 1648 e da aproximação destes aos espanhóis, acentuou-se a debilidade diplomática portuguesa, reforçada com a crescente rivalidade no Atlântico e no Índico. A França manteve nos anos seguintes uma posição dupla, ora celebrando com Portugal um tratado de aliança e amizade em 1655, ora negociando com Espanha o futuro tratado dos Pirinéus, assinado em 1659. Este teve como consequência que Portugal perdesse o seu principal apoio do pós-Restauração, já que a França deixou de reconhecer a dinastia de Bragança, permitindo ainda à Espanha concentrar-se na guerra com os portugueses. O Reino Unido, que já era alternativa à França desde 1654, tornou-se assim a principal aposta da política externa portuguesa. A 18 de Abril de 1660 foi celebrado um acordo de paz e cooperação, que possibilitava à coroa portuguesa a compra de armas, recrutamento de militares e fretamento de navios britânicos,⁵ tendo sido assinado a 23 de Junho do ano seguinte um tratado de paz e aliança, ratificado em Portugal a 28 de Agosto, que consagrou a união matrimonial entre a infanta D. Catarina e o monarca britânico Carlos II.

Em Janeiro de 1661, a regente de Portugal, D. Luísa de Gusmão, enviara o seu embaixador extraordinário, D. Francisco de Melo, à restaurada monarquia britânica, a fim de concluir as pazes que este ali deixara esboçadas.⁶ A rainha terá feito de antemão amplas concessões destinadas a concluir a negociação com

² Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa...*, p. 183.

³ *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e Africa Oriental desde o principio da conquista até ao fim do século XVIII*, ed. Júlio Firmino Judice Biker, Lisboa, Imprensa Nacional, tomo II, 1882, pp. 202-30 (adiante designado por CTCP).

⁴ Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal...*, p. 153.

⁵ José Ferreira Borges de Castro, *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao Presente*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp. 226-33.

⁶ National Archives (NA), Public Record Office (PRO), State Papers (SP) 89/5, fl.1. As procurações da infanta D. Catarina e da rainha regente D. Luísa datam de 11/01/1661 (CTCP, II, 240-42 e 272-74).

êxito,⁷ parecendo que existia em Portugal disposição, tanto entre os grandes da Corte como na gente comum, para aceitar todas as exigências que fossem necessárias ao acordo, selado com o casamento régio. Deste sentimento dava conta o cônsul britânico em Lisboa, revelando como se esperava que esta paz pusesse termo à guerra com Espanha, sendo que a principal oposição provinha da Inquiisição, que parecia defender a união ibérica. Segundo este, a possibilidade de D. Catarina se tornar rainha de Inglaterra era o assunto dominante em Portugal, sendo considerados traidores todos os opositores e aceitando o povo de bom grado os novos e pesados tributos com vista a este enlace.⁸ O passar dos meses aumentou a ansiedade da Corte portuguesa na conclusão do acordo, afirmando o mesmo cônsul que o povo preferia perder todas as possessões do Estado da Índia ao fracasso da aliança com o Reino Unido.⁹

De facto, existiam fortes pressões espanholas junto da Coroa britânica para que esta não assinasse pazes com Portugal, contrapondo a esta aliança o casamento de Carlos II com outras princesas europeias e fazendo concessões territoriais.¹⁰ Estas movimentações diplomáticas foram claramente perceptíveis ao embaixador português em Londres, D. Francisco de Melo, que informou Lisboa das ameaças de guerra efectuadas pelos espanhóis ao Reino Unido e das suspeitas que estes lançavam sobre as ofertas portuguesas. No entanto, tais movimentações espanholas foram goradas perante o Conselho de Estado britânico.¹¹

As cartas régias dirigidas ao Senado de Lisboa e às Câmaras das cidades e vilas do Reino, propondo a duplicação das sisas por dois anos como forma de suprir as despesas resultantes do casamento entre o rei britânico e a infanta portuguesa, em que se exigia um avultado dote, mostram bem os objectivos portugueses na celebração deste acordo de paz: equilibrar o posicionamento externo português face à recente aliança entre a França e a Espanha, a que já se fez referência; ganhar um aliado de peso e reforçar o prestígio de Portugal no contexto europeu; adiantar as negociações de paz com as Províncias Unidas, onde o rei britânico serviria de mediador, podendo também ser um passo para a paz com Espanha, motivação urgente face ao desgaste da guerra fronteiriça que se travava.¹²

De facto, por um lado, alcançou-se em 1661 a paz entre Portugal e as Províncias Unidas, sendo assinado um acordo pelo qual se salvaguardavam as con-

⁷ Glenn J. Ames, *Renasant Empire? The House of Braganza and the quest for stability in portuguese monsoon Asia, c. 1640-1683*, Amesterdão, University Press, 2000, p. 29.

⁸ Cartas do cônsul Thomas Maynard, Lisboa, 01/02/1661 e 02/03/1661 (NA, PRO, SP89/5, fls. 2 e 5-6).

⁹ Carta do cônsul Thomas Maynard, Lisboa, 30/05/1661 (NA, PRO, SP89/5, fls.15-17).

¹⁰ Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal...*, p. 154.

¹¹ Carta do embaixador D. Francisco de Melo, Londres, 09.05.1661 (CTCP, II, 242-45).

¹² CTCP, II, pp. 247-49.

quistas dos primeiros no Brasil e África e dos segundos no Oriente, garantindo estes últimos vantagens comerciais e uma soma considerável. A paz só foi ratificada em Portugal em Maio de 1662 e nas Províncias Unidas em Dezembro do mesmo ano.¹³ Por outro lado, o Reino Unido, não obstante a paz instável com Espanha, serviu efectivamente nos anos seguintes como mediadora entre os contendores ibéricos, desencadeando negociações logo a partir de 1663. Aos britânicos interessava esta aproximação, quer do ponto de vista económico, pela segurança das rotas atlânticas, quer por questões político-estratégicas, tendentes ao isolamento da França. Esta, por sua parte, procurou fazer gorar o entendimento entre os reinos ibéricos, reaproximando-se e jogando a sua influência na Corte portuguesa, que se concretizou com o casamento entre D. Afonso VI e a princesa D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, em 1666. A instabilidade da posição francesa determinou, porém, que antes desta data fosse favorecido em Lisboa o alinhamento preferencial com a Coroa britânica.¹⁴

Em Junho de 1661 chegou finalmente a Lisboa a notícia, “mais bem vinda que alguma vez veio a este povo”, segundo o cônsul britânico em Lisboa, da intenção de Carlos II casar com a infanta D. Catarina e, portanto, de assinar o tratado.¹⁵ As condições aqui previstas eram latas, regulando todas as relações políticas, diplomáticas, económicas e até religiosas entre os dois reinos,¹⁶ no sentido já expresso aquando da paz e confederação de 1654, um dos tratados pós-Restauração automaticamente ratificado. Os portugueses cediam aos britânicos a estratégica praça marroquina de Tânger, podendo contudo permanecer aí todos os habitantes e soldados que desejassem, usufruindo de liberdade religiosa e igualdade civil. Era também pago um dote no valor de dois milhões de cruzados portugueses, sendo que a infanta poderia manter o seu culto católico em terras protestantes, gozar de uma renda e residência vitalícias. Além destas concessões, os portugueses davam também a ilha e porto de Bombaim “com todos os seus direitos, proveitos, territórios e quaisquer pertenças”,¹⁷ alegadamente com vista a aumentar a presença britânica na Ásia, incrementando o seu comércio e prevendo o auxílio aos portugueses, face à “força e invasão” das Províncias Unidas. Estabelecia-se que esta entrega se deveria fazer com toda a brevidade, ficando a armada que tomara posse obrigada a dar “toda a segurança de amizade, socorro e auxílio aos súbditos do Senhor Rei de Portugal nas Índias Orientais e protegê-los no comércio e navegações que ali fizerem”.¹⁸ Os habitantes da ilha de Bombaim poderiam ali permanecer, como súbditos do monarca

¹³ Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal...*, p. 147; Glenn J. Ames, *Renaissance Empire?*..., p. 169.

¹⁴ Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa...*, pp. 194-96.

¹⁵ Carta do cônsul Thomas Maynard, Lisboa, 29/06/1661 (NA, PRO, SP89/5, fls. 24-25).

¹⁶ CTCP, II, pp. 250-79.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 263.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 265.

britânico, no pleno gozo da religião católica que professavam. Ainda no Estado da Índia fazia-se um acordo de partilha de possessões que eventualmente pudessem vir a ser reconquistadas, sendo igualmente outorgados aos comerciantes britânicos privilégios variados nos domínios lusos orientais e americanos.

Em contrapartida, Portugal recebia fundamentalmente o auxílio britânico para manter a sua integridade territorial, consubstanciado na preparação e envio de um contingente militar terrestre (cujo soldo seria, porém, pago pela Coroa lusa), e de uma esquadra de naus. Carlos II comprometia-se a nunca estabelecer relações com Espanha em prejuízo de Portugal e a intermediar as pazes entre estes e as Províncias Unidas, apoiando-os militarmente caso os neerlandeses recusassem as condições propostas para o entendimento. A força que fosse enviada pelo rei britânico para tomar posse de Bombaim deveria, assim, seguir suficientemente apetrechada e mandatada para defender as possessões portuguesas, comprometendo-se o dito monarca a pugnar pela restituição de conquistas que tivessem sido feitas pelos britânicos ao longo das negociações.

Muito embora os termos do tratado fossem já claramente favoráveis aos britânicos, parece que estes almejavam alargá-los em seu benefício. As instruções de Carlos II ao seu embaixador em Lisboa resumiam os objectivos do soberano.¹⁹ A principal vantagem que esperava alcançar era aproveitar o facto de Portugal ter um comércio muito desenvolvido em vastas partes do mundo para melhorar o trato britânico e alargar os seus domínios e territórios; o embaixador deveria, pois, informar-se sobre a veracidade das ofertas portuguesas e promover a comunidade mercantil britânica instalada na capital portuguesa. De referir que, meses antes, o cônsul britânico fizera notar a importância deste grupo para as relações entre os dois reinos, anotando como estes tinham levantado algumas questões relativas ao tratado. Desejosos de participar no comércio oceânico português, propunham que os navios britânicos que navegassem entre portos lusos não pudessem ser estorvados pelos neerlandeses, de forma a ficarem com todo o comércio português na África, América e Ásia²⁰. Também a *East India Company* (EIC) demonstrara interesse em possuir um porto na costa ocidental indiana, a fim de fazer face à instabilidade do seu estabelecimento em Surate, tendo Bombaim já sido indicado como uma boa hipótese para cumprir este objectivo.²¹

¹⁹ Carta de Carlos II para o embaixador Richard Fanshaw, Whitehall, 02/09/1661, publicada no *Report on the Manuscripts of J. M. Heathcote, Esq., of Conington Castle*, Norwich, Majesty Stationery Office, 1899, pp. 18-20.

²⁰ Carta do cônsul Thomas Maynard, Lisboa, 09/04/1661 (NA, PRO, SP89/5, fls.28-29).

²¹ Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations Relating to Bombay (1660-1667)*, Londres, Humphrey Milford, 1940, pp. 421-31; William Foster, *The English Factories in India 1624-1629*, Oxford, Clarendon Press, 1909, pp. 142-44, 159, 195, 216, 219, 243 e 250, citado por Adriano José Ernesto Couto, *A Cessão de Bombaim à Inglaterra*, tese de licenciatura em ciências históricas e filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1952, p. 26 e ss.; Isaú Santos, “A Cedência de Bombaim aos Ingleses”, in *Mare Liberum* 9 (1995), pp. 275-76.

Nas directrizes entregues ao seu embaixador em Lisboa, Carlos II recomendava, em relação ao Oriente, a rápida posse de Bombaim, ordenando-lhe que tudo estivesse pronto para que a armada de Novembro de 1661 fosse já incumbida desta tarefa. Sugeriu-se ainda que este procurasse que a concessão fosse alargada a Baçaim (Vasai), algo que o embaixador português em Londres achara possível, embora não tivesse poder para o conceder. Mais ousadamente, aconselhava ainda a que se obtivesse boas informações sobre a situação dos portugueses no Oriente e a ameaça neerlandesa, de forma a saber como estas poderiam favorecer o estabelecimento de novas feitorias britânicas na região ou até permitir tomar posse de Goa.²² As aspirações do soberano britânico, relativas ao território de Baçaim, parecem indicar que a concessão de Bombaim foi entendida em Londres como incluindo as ilhas anexas. William Foster sugere que o mapa mostrado a Carlos II durante as negociações compreendia a ilha de Salsete.²³

Efectivamente, os portugueses ocupavam desde 1534 um extenso território em torno da cidade de Baçaim, alargado em 1559 com a tomada das terras de Damão, constituindo no seu conjunto a Província do Norte do Estado da Índia.²⁴ O distrito de Baçaim, situado na parte meridional, era um espaço descontínuo em termos geográficos. A Norte compunha-se de uma faixa costeira plana e alagadiça, entre os rios Vaitarna e Ulhas, situando-se aí os caçabés de Baçaim e Agaçaim (Agashî), ou seja, as duas povoações e seu alfoz. Para o interior existiam quatro praganas, Solgão, Erá, Camão e Anzor, circunscrições plenamente rurais que agrupavam várias aldeias, sendo o relevo dominante mais acidentado. As praganas de Manorá e da Serra de Asserim, assaz relevantes na defesa do território face ao interior, foram apenas incorporadas em 1556. No centro do distrito estava a grande e próspera ilha de Salsete, a Leste da qual ficava Taná (Thane), a segunda povoação mais importante da jurisdição. Na terra firme frontal a esta ilha circunscreviam-se mais duas praganas, Cairana e Panchena, nas denominadas terras de Sabaio (Belapur). Finalmente, o extremo sul era composto por pequenas ilhas, claramente demarcadas de Salsete pelo rio de Bandorá (Bandra), como Maim (Mahim), Parel (Parel), Sião (Sion), Varoli, Bombaim,²⁵ Mazagão (Mazagaon), Colaba e outras menores, além da península de Caranjá (Uran).

²² Carta de Carlos II para o embaixador Richard Fanshaw, Whitehall, 02/09/1661, publicada no *Report on the Manuscripts of J. M. Heathcote...*, pp. 18-20.

²³ William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, Oxford, Clarendon Press, 1923, p. 126.

²⁴ Dejanirah Couto, "Em Torno da Concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529-1546)", in *Mare Liberum* 9 (1995), p. 118.

²⁵ Vejam-se as primeiras referências a esta ilha nas fontes portuguesas, no artigo de P. P. Shirodkar, "Bombay and the Portuguese Impact and Influences with special reference to etymology", in *Mare Liberum* 9 (1995), pp. 291-95.

Algumas destas ilhas conheciam já um processo avançado de assoreamento em meados do século XVII, passando-se de umas a outras.²⁶

Aquando da anexação deste território, os portugueses mantiveram as circunscrições territoriais, administrativas e militares e o próprio modelo de exploração económica e a ordem social preexistente. As diversas aldeias das praganas, as terras dos caçabés e as rendas destes espaços peri-urbanos ou das alfândegas foram entregues, poucos anos após a conquista, a indivíduos da pequena nobreza portuguesa, membros da elite goesa ou a aliados locais; o regime de transmissão foi adaptado do direito europeu. Como nos tempos de domínio muçulmano, estes terratenentes deveriam prestar auxílio militar ao soberano, participando na defesa daquela jurisdição com cavalo e vivendo obrigatoriamente em Baçaim, cidade a partir da qual deveriam prover o cultivo das terras.²⁷ Forjava-se, assim, a primeira nobreza fundiária do Estado da Índia, com significativo poder económico, responsável pela edificação de uma cidade de grande esplendor arquitectónico e pelo controlo sobre aquele grande território. Neste processo também tomaram parte as ordens religiosas, com a Companhia de Jesus a ganhar ali um protagonismo que ia muito além do estrito labor apostólico, como ficará patente neste artigo.²⁸

Bombaim manteve-se como um espaço marginal e periférico deste território, tal como acontecera nos tempos anteriores à presença portuguesa. A sua reduzida dimensão não lhe permitia rendimentos agrícolas avultados, como acontecia com a vizinha ilha de Salsete, e a actividade comercial e artesanal estava centrada nos núcleos urbanos de Baçaim e Taná, ou mesmo nas pequenas povoações de Agaçaim, Caranjá ou Maim. Foi, pois, uma das pequenas circunscrições entregues a nobres portugueses para exploração, a troco do pagamento de um foro, como um certo mestre Diogo ou o célebre naturalista Garcia da Orta, que recebeu

²⁶ Paulo Varela Gomes e Walter Rossa, "O primeiro território: Bombaim e os Portugueses", in *Oceanos* 41 (2000), pp. 210-224; A. B. de Bragança Pereira, "Os Portugueses em Baçaim", in *O Oriente Portuguez*, n.º 7-9 (1935), pp. 49-50.

²⁷ Alexandre Lobato, "Sobre os prazos da Índia", in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*, ed. Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, pp. 459-66; Luís Filipe F. R. Thomaz, "Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no Século XVI", in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, DIFEL, 1994, pp. 235-37; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, "A Organização Militar da «Província do Norte» durante o Século XVI e princípios do Século XVII", in *Mare Liberum* 9 (1995), pp. 247-265.

²⁸ Gerson da Cunha, *Notes on the history of Chaul and Bassein*, 2.ª edição, Nova Deli, Asian Educational Services, 1993; André Teixeira, "Os Primórdios da Presença Portuguesa em Baçaim – 1534-1554: notas sobre a situação financeira e político-militar do primeiro «território» do Estado da Índia", in *D. João III e o Império, Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Nascimento de D. João III*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2004, pp. 337-365.

esta ilha de mercê em enfileuse por meados de quinhentos, segundo as suas palavras na obra *Colóquio dos Simples e Drogas da Índia*. Aqui construiu uma casa senhorial, que mais de um século depois foi herdada por D. Inês de Miranda, local onde se processou a entrega da ilha aos britânicos, como adiante se verá.²⁹ Escassas décadas antes da concessão, Bombaim era considerada “coisa pequena”, vivendo na povoação onze casados portugueses, que com alguns negros perfaziam uma tropa de setenta mosqueteiros, mantendo-se o sítio sem fortificação condigna.³⁰

2. A expedição de entrega de Bombaim e recusa de António de Melo de Castro

Ainda o tratado não estava assinado e já a rainha regente escrevia para Goa, anunciando que em virtude dele se concedia aos britânicos uma praça no Estado da Índia, sendo Bombaim a escolhida. D. Luísa fazia notar a utilidade daquela aliança para a presença portuguesa na Ásia, recomendando desde logo uma rápida e pacífica entrega daquela ilha, informando-se aos seus moradores que iriam manter o culto católico e os direitos adquiridos.³¹ Meses depois foi comunicado o sucesso das negociações, pedindo-se novamente bom entendimento com os britânicos, de forma a fortalecer a aliança firmada.³² Parece, efectivamente, que em Lisboa se temia que as reacções locais às concessões territoriais acordadas pusessem em perigo a ratificação do tratado, sobretudo no que se referia a Tânger. Neste sentido, aponta o decreto assinado secretamente pela rainha para que o secretário Gaspar de Faria Severim não lesse ou emendasse no Conselho de Estado alguns artigos do tratado, de forma a que “por nenhuma maneira pudesse vir à notícia dos moradores da fortaleza e cidade de Tânger que ela se dava em dote à infanta [...], pois como perigo daqueles moradores se puderem inquietar”.³³

²⁹ J. Gerson da Cunha, *The Origin of Bombay*, 2.ª edição, Nova Deli, Asian Educational Services, 1993; Júlio Gonçalves, *Garcia de Orta e a sua ilha de Bombaim*, sep. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (Julho-Dezembro)*, Lisboa, Empresa Tipográfica Casa Portuguesa, 1963, pp. 203-12.

³⁰ António Bocarro, *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, vol. II, pp. 116-17.

³¹ Carta régia para os governadores do Estado da Índia, Lisboa, 21/05/1661 (HAG, *Monções do Reino* (MR), 28A, fl. 227).

³² Carta régia para os governadores do Estado da Índia, Lisboa, 27/10/1661 (HAG, MR, 28B, fl. 524).

³³ L. de Figueiredo da Guerra, “Um diploma secreto”, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. VI, Lisboa, 1908, pp. 225-226.

A expedição para a entrega de Bombaim só foi organizada em 1662. Temendo-se uma recusa de Goa na cessão do porto, terá sido combinado pelas duas coroas o envio de um novo vice-rei ou governador para o Estado da Índia, o qual seria transportado pela frota britânica. Ter-se-á, mesmo, previsto a possibilidade de uso de força para assegurar o desembarque do novo oficial em Goa.³⁴ António de Melo de Castro foi o designado para o cargo, tendo recebido instruções quanto à entrega “do rio e terra de Bombaim”, facto considerado de grande importância em virtude do contrato de casamento da infanta. Era-lhe ordenado que logo que chegasse à Índia pedisse a procuração do rei britânico, onde se indicava a pessoa a quem se deveria dar posse da ilha. De seguida faria a entrega, seguindo escrupulosamente o que fora capitulado, fazendo uma relação do sucedido. Relembra-se que o monarca britânico tinha obrigação de socorrer Portugal em caso de necessidade, pelo que Melo de Castro deveria pedir ajuda aos britânicos quando e se precisasse.³⁵

Por seu lado, o monarca britânico designou Sir Abraham Shipman para tomar posse do seu novo domínio, provendo-o no cargo de governador e comandante-chefe da ilha de Bombaim e conquistas que viessem a ser obtidas nas Índias Orientais. Estes eram, aliás, os propósitos que Carlos, expressava nas instruções ao seu oficial, aos quais juntava os objectivos de incrementar o comércio britânico naquelas partes, fomentando a fixação dos seus súbitos e de estrangeiros em Bombaim. Recomendava também boa correspondência com o governador de Goa, oficiais e demais súbditos portugueses, dando-lhes ajuda e protecção, encorajando igualmente os habitantes locais a manter-se pacificamente sob a obediência do rei britânico, permitindo-lhes o exercício livre da sua religião.³⁶

A expedição era composta por cinco embarcações da armada real britânica, sendo seu almirante o 3.º conde de Marlborough. Tinha-se acordado com a EIC a partilha de responsabilidades pelos custos da esquadra, dado o estado problemático do tesouro régio britânico. A viagem começou a 6 de Abril de 1662, chegando parte das embarcações a Anjouan, nas ilhas Comores, a 11 de Agosto. Aqui, António de Melo de Castro aproveitou a presença dos navios e armamento britânicos para exigir a rendição de quarenta e dois nativos, reivindicados como súbditos portugueses por contendas antigas. O rei de Anjouan pediu-lhe um recibo de quitação, no que foi corroborado por Marlborough, mas recusado por Melo de Castro. O diferendo entre estes últimos persistiu, sendo que o almirante

³⁴ William Foster, *The English Factories...*, p. 129, citando a biografia de Lord Clarendon.

³⁵ Carta régia para António de Melo de Castro, Lisboa, 09/04/1662 (HAG, MR, 28A, fl. 175; 28B, fl. 508).

³⁶ Instruções régias para Sir Abraham Shipman, Londres, 24/03/1662 (India Office Records (IOR)/H/48, fl. 3-5), traduzidas para português pelo padre João Gregório, S.J. (HAG, MR, 28B, fl. 480).

britânico recusou-se a transportar os referidos nativos, enviando-os de volta para terra. O oficial português ficou ofendido com esta atitude, aumentando-se assim o mal-estar, que já advinha da pouca consideração que lhe havia sido dispensada pelo capitão do navio em que seguiu na viagem; preferiu, ainda assim, manter relações cordiais com os britânicos até ao fim da viagem.³⁷

A chegada a Bombaim ocorreu a 28 de Setembro. Perante o atraso da nau onde vinha Sir Abraham Shipman, e dada a pressa que Marlborough tinha em seguir viagem para Surate, este pediu a Melo de Castro que entregasse Bombaim a John Hungerford, que vinha nomeado para substituir Shipman, em caso de impedimento. O oficial português recusou, justificando que este não tinha documentação que validasse esta via de sucessão, acrescentando que ele próprio tinha previamente de tomar posse do cargo em Goa, visitar as praças do Norte e esperar pela monção. Se estas razões foram apontadas pelo governador como desculpas cautelosas, “por que não cheguemos a romper e granjear novos inimigos”, para os oficiais britânicos eram escassas e “frívolas”. Estes assinalaram igualmente a má vontade de Melo de Castro em permitir o desembarque dos soldados britânicos na ilha, tão necessitados de mantimentos, apenas autorizando caso o fizessem desarmados. Por seu turno, o governador apontou que eram aqueles que previamente lho haviam impedido, obrigando-o a forjar estratégias.³⁸

O que mais exasperou os ânimos dos britânicos foi, porém, a constatação da reduzida dimensão da ilha de Bombaim, facto verificado após missões de reconhecimento, notando-se então como Taná e a ilha de Salsete correspondiam a entidades geográficas distintas, separadas daquela por um pequeno canal. Assinalou-se como aquela concessão apenas representava um quinto daquilo que fora prometido, sugerindo que os portugueses haviam enganado Carlos II com representações erróneas. Já Melo de Castro não concordava com estas pretensões territoriais, preparando-se para uma eventual intervenção militar britânica com reforços de Surate.³⁹

Perante a intransigência de Melo de Castro, Marlborough ponderou dirigir-se a Goa, a fim de desbloquear a situação junto dos governadores do Estado da

³⁷ William Foster, *The English Factories...*, pp. 128-30. O próprio oficial britânico Henry Gary reconheceu, em carta para Londres de 31/12/1662, os maus tratos dispensados a Melo de Castro no decorrer da viagem, baseando as suas informações em relatos de tripulantes (publicada por William Foster, *The English Factories...*, pp. 141-43). A versão portuguesa está largamente expressa no «Diário de notícias da viagem e do mais que sucedeu com os ingleses ao governador da Índia António de Melo de Castro», de Goa (CTCP, III, pp. 3-17).

³⁸ Carta de António de Melo de Castro aos governadores, Bombaim, 01/10/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 511-511v); cartas do capitão Brown, de Gerald Aungier e de Marlborough para Surate, de 30/09/1662 a primeira e de 06/10/1662 a segunda e terceira (publicadas por William Foster, *The English Factories...*, pp. 133, 134 e 132).

³⁹ Vejam-se as cartas acima citadas, além da de António de Melo de Castro aos governadores, Bombaim, 02/10/1662 (HAG, MR, 28B, fl. 521).

Índia em exercício.⁴⁰ Contudo, já dias antes, o indigitado vice-rei procurara a cumplicidade dos governadores e Conselho de Goa para “reter” a ilha, algo que parecia não estar a lograr junto dos fidalgos que por ali passavam. Justificava não ter entregue Bombaim pelo facto dos britânicos não terem dado socorro ao Estado no caso de Anjouan e não terem intenção de o fazer no futuro, pois a sua armada era afinal escassa (de três navios), tendo seguido a maior parte das embarcações para Surate. Tais atitudes desrespeitavam o estipulado no tratado, cuja cópia era enviada em anexo para apreciação. Melo de Castro dramatizou, ainda, a possibilidade de um ataque britânico, certo da sua pretensão em incluir na ilha de Bombaim as de Baragão e de Salsete, até à barra de Baçaim, pedindo reforços a Goa.⁴¹

Os ressentimentos e desconfianças entre os portugueses e os britânicos daquela expedição avolumavam-se. António de Melo de Castro estaria melindrado devido às contendas da viagem, pensando que já não teria o acordado apoio da esquadra britânica para resolver as questões do Estado da Índia; pretendia, então, uma clara prova desse auxílio antes de concretizar a cessão. Quanto aos britânicos, depois da primeira recusa em entregar Bombaim, possivelmente ainda considerada como minimamente justificável face à ausência de Shipman ou de documentos que validassem o seu sucessor, descontentavam-se agora com o seu interlocutor perante a recusa de desembarque dos soldados, face à comprovada pequenez da ilha e possível artimanha nas negociações pelo lado português.

Entre 6 e 7 de Outubro Sir Abraham Shipman chegou a Bombaim, apresentando prontamente ao vice-rei uma carta do seu monarca e exibindo a sua procuração. Desaparecia assim a motivação oficial de António de Melo de Castro para adiar a entrega da ilha. Os propósitos do vice-rei não sofreram porém alterações, sendo então já claro que pretendia conservar a posse de Bombaim, mesmo que para isso tivesse que encontrar subterfúgios formais. Desta forma, apresentava novas justificações oficiais: os documentos trazidos por Shipman tinham falhas processuais, ao contrário do que acontecera em Tânger, podendo colocar-se a dúvida sobre a sua autenticidade e, até, a hipótese de agirem sem ordem régia. Indicava a falta da procuração nomeando a pessoa a quem se deveria entregar a ilha, a qual era requerida nas instruções que lhe dera o rei de Portugal e que fora anteriormente exibida; a ausência de assinatura régia na patente exibida por Shipman; a possibilidade da carta de Carlos II a Melo de Castro ter sido forjada, pois não estava assinada pelo secretário, “sem a qual assinatura nenhum negócio se despacha em Portugal”, e datava de 25 de Março de 1662, ao passo que a nomeação do oficial português era apenas de 11 de Abril de 1662, estando o respectivo selo ainda fresco.

⁴⁰ Carta de Marlborough para Surate, de 06/10/1662 (publicadas por William Foster, *The English Factories...*, p. 132).

⁴¹ Cartas de António de Melo de Castro para os governadores do Estado da Índia, Bombaim, 01/10/1662 e 02/10/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 511 e 521).

Às justificações oficiais que lhes foram dadas, de forma sobranceira, por Melo de Castro, os britânicos responderam, primeiro que eram frívolas, segundo que o socorro dado fora desprezado. Pediam mesmo a reparação das despesas da armada, avisando que iriam informar o seu rei acerca do sucedido e que este lhes iria certamente enviar poderes para reparar as referidas injúrias.⁴² Ao protesto britânico o oficial português respondeu, repetindo as razões formais já referidas, prometendo guardar Bombaim até que os documentos correctos lhe fossem entregues, com o intuito de delongar a entrega. De substancial, Melo de Castro acrescentava a recusa do pagamento das despesas da armada britânica, atribuindo aos britânicos a culpa pelo atraso da entrega, uma vez que não tinham trazido a documentação necessária. Além disso, acedia ao intento dos seus interlocutores de ir a Goa, remetendo uma decisão final sobre o assunto para o Conselho da capital do Estado da Índia.⁴³ Tal proposta levou os enviados de Shipman a dirigirem-se a Goa para aí tentar obter apoios para as suas pretensões, não obstante a crença da total sintonia entre portugueses, manifestada pelos directores da EIC em Surate.⁴⁴

Ao mesmo tempo que astutamente abria esta possibilidade, Melo de Castro procurou incessantemente convencer os poderes na capital do Estado da Índia das suas razões, enviando sucessivas missivas através de almadias, a fim de se antecipar à chegada do capitão britânico. O carácter de urgência, colocado no tom da correspondência, ilustrava bem o receio que o oficial português tinha de uma cedência total aos interesses britânicos por parte dos governadores em exercício. Propunha, pois, uma união entre antigos e novos titulares do poder no Estado, nem sempre alcançada no passado, para fazer “o que nos convém”, garantindo-lhes a continuidade do poder em Goa e no sul da Índia enquanto a situação no Norte se mantivesse incerta. Além de repetir constantemente os argumentos já expostos, afirmava ter-se apetrechado militarmente para resistir a uma possível tomada de força dos britânicos, embora lhe parecesse que estes não traziam quaisquer ordens da Europa para fazer a guerra e, portanto, ser seguro adiar a entrega. Devia dar-se conta ao rei português de tudo o que sucedera naquela expedição e das desconfianças crescentes face aos britânicos, considerando-se “ignorância sem desculpa” entregar Bombaim, quando os britânicos não traziam claramente ordem para socorrer, ou para romper com os portugueses. Melo de Castro expunha diversas sugestões sobre evasivas que os governadores

⁴² Carta de Marlborough aos governadores do Estado da Índia, de 07/10/1662, traduzida pelo jesuíta Manuel Barreto (HAG, MR, 28B, fl. 476); carta de Sir Abraham Shipman a António de Melo de Castro de 17/10/1662 (HAG, MR, 28B, fl. 504).

⁴³ Carta de António de Melo de Castro para Sir Abraham Shipman, de 17/10/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 506-507v).

⁴⁴ Carta do presidente e Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, 10/12/1662 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, pp. 137-38).

poderiam dar para empatar os britânicos: que nada poderiam decidir sem a presença do vice-rei em Goa, pois era ele que deveria presidir ao Conselho e trazia as ordens régias; a falta de alguns dos membros daquele; que nenhuma resolução se podia tomar com a primeira e segunda consulta; que nada poderiam fazer enquanto não chegasse o treslado das ordens que o governador tinha (algo que este prometera aos britânicos enviar rapidamente), sugerindo que a demora da embarcação que transportaria este documento derivava da ameaça do Sivagi ou do Idalcão.⁴⁵

Paralelamente a estas justificações, reforçava para os seus interlocutores em Goa, que os britânicos traziam nas suas cartas “todas estas ilhas desde a ponta de Baçaim por todo o Salsete até à ilha do Elefante feitas uma só ilha e abertamente dizem que isto fôï o que se lhes prometeu e isto se lhes há de dar”, havendo notícias de que procuravam persuadir os gentios para o seu partido, através de uma série de dádivas. Levava esta ameaça ainda mais longe, afirmando possuir informações de que os britânicos indagavam acerca das fortificações de Baçaim e a possibilidade de tomar aquela praça, razão porque não permitira o seu desembarque em terra.⁴⁶

O assunto foi ponderado em Goa, traduzindo-se a documentação trazida pelos oficiais britânicos.⁴⁷ Dos nove pareceres dados no Conselho de Estado sobre o assunto, oito concordaram que os papéis apresentados eram suficientes, pelo que se devia fazer a entrega de Bombaim.⁴⁸ Quanto aos governadores, escreveram de imediato a António de Melo de Castro enviando-lhe a argumentação dos conselheiros e sublinhando que, da sua parte, não lhes competia votar este assunto, pois era ele que trazia as ordens régias e as devia cumprir,⁴⁹ tom que evidencia uma posição também favorável à entrega. Considerando os argumentos evocados por Melo de Castro como secundários face ao interesse geral do Estado, que residia no apoio britânico contra a ameaça neerlandesa, e não havendo efectivamente defeitos substanciais nos documentos apresentados, as elites em Goa demarcavam-se, assim, da estratégia do vice-rei.

⁴⁵ Cartas de António de Melo de Castro aos governadores do Estado da Índia, de 16/10/1662, de 17/10/1662, de 18/10/1662 e, novamente, de 18/10/1662 (AHU, Índia, cx. 44, doc. 128; HAG, MR, 28B, fls. 502 e 517).

⁴⁶ Carta de António de Melo de Castro aos governadores, de meados de Outubro de 1662, remetendo a carta régia de 09/04/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 508-09).

⁴⁷ Tradução da patente de Sir Abraham Shipman pelo jesuíta João Gregório, de 24/10/1662, e da carta do rei britânico a António de Melo de Castro pelo jesuíta Manuel Barreto, de 04/04/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 480 e 472).

⁴⁸ Pareceres dos conselheiros de Estado, dados entre 24/10/1662 e 27/10/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 483-97), ao qual se acrescentou dias depois o de Luís de Mendonça (HAG, MR, 31/32, fl. 194).

⁴⁹ Carta dos governadores do Estado da Índia a António de Melo de Castro, Goa, 27/10/1662 (HAG, MR, 28B, fl. 482).

Com este resultado, Shipman dirigiu-se imediatamente para Bombaim, persuadido de que com esta resposta Melo de Castro cumpriria com o que lhe havia dito, ao pôr no Conselho de Goa a responsabilidade na resolução do caso. Perante nova recusa do oficial português, Shipman decidiu, então, refugiar-se na ilha de Anjediva, crente de que só novas ordens da Europa desbloqueariam a situação.⁵⁰ Melo de Castro dirigiu-se a Goa para tomar posse do governo, procurando influenciar pessoalmente as figuras cimeiras do Estado da Índia sobre a orientação deste assunto.

Havia urgência em fazer chegar a Lisboa o relato do sucedido e os fundamentos que justificavam manter a posse de Bombaim. António de Melo de Castro decidiu-se, pois, a escrever por terra e mar ao monarca português, enviando no primeiro caso o padre Manuel Godinho,⁵¹ e fazendo-o no segundo por duas vias.⁵² Quanto às motivações circunstanciais que o tinham conduzido a não proceder à entrega, escudava-se com as ordens régias, sintetizando os defeitos formais dos documentos apresentados por Shipman e a falta de apoio britânico na viagem. Adiantava que a cessão da ilha também só deveria ser feita após a mediação da relação com os neerlandeses, no sentido da paz ou da guerra, sendo que neste último caso notava que a força britânica era insuficiente para dar o apoio prescrito no tratado. Melo de Castro justificou-se também para Londres, queixando-se do tratamento que havia recebido por parte de Lord Marlborough e outros tripulantes e repetindo algumas razões que evocou ao monarca português.⁵³

Para além dos argumentos já referidos, o vice-rei apontava agora para Lisboa quatro razões de fundo para conservar a ilha. Por um lado, elogiava o porto de Bombaim, o “mais formoso e mais capaz que tem a Índia”, a que não se superiorizava o da capital, ressaltando o inconveniente da sua perda, por ser fundamental para a navegação na costa ocidental indiana e uma boa alternativa em caso de impedimento em Goa, como acontecera nas décadas anteriores por pressão neerlandesa. Por outro, sublinhava a grande perda comercial que significava para o Estado, antevendo que os britânicos tomariam todo o trato da província, obrigando a que ali se pagassem taxas. Além disso, tendo aquela ilha muitos católicos, receava que estes fossem desprotegidos pelos britânicos, abrindo-se

⁵⁰ Cartas do Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, 18/12/1662 e de Sir Abraham Shipman para o secretário de Estado Sir William Morice, 20/01/1663 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, pp. 139 e 216).

⁵¹ O religioso produziu um precioso roteiro daquela viagem (*Relação do novo caminho que fez por terra e mar; vindo da Índia para Portugal no anno de 1663 o Padre Manuel Godinho*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944). Veja-se John Correia Afonso, *Intrepid Itinerant. Manuel Godinho and his Journey from India to Portugal in 1663*, Bombaim, Oxford University Press, 1990.

⁵² Cartas de António de Melo de Castro ao rei, Goa, 28/12/1662 e 04/01/1663 (AHU, Índia, cx. 44, doc. 128 e 142; HAG, MR, 28A, fl. 176).

⁵³ Carta de António de Melo de Castro aos reis britânicos, citada por William Foster, *The English Factories...*, p. 137.

brechas na cristandade local. Finalmente, apontava considerações de ordem geoestratégica, afirmando que a ilha se tornaria certamente “coito de delinquentes”, a um tiro de espingarda de Salsete, piorando a já problemática vizinhança com os mouros. Questionava o que sucederia se os britânicos estivessem em guerra com Portugal, ficando aquelas ilhas, “que são o graneiro da Índia, entaladas entre os britânicos e os mogores”, sob ameaça simultânea por mar e por terra.

Por tudo isto e porque a vizinhança com os britânicos ali seria sempre um foco de conflitos para as relações bilaterais, Melo de Castro propunha ao rei que se comprasse Bombaim, oferecendo até mais do que já tinha apontado em outras cartas (200 a 300 mil cruzados em três anos), apresentando um valor de 500 a 600 mil ou mesmo um milhão de cruzados. Acrescentava que conseguiria arrecadar donativos no próprio Estado da Índia, caso os britânicos mantivessem o apoio face aos neerlandeses. Naturalmente que este negócio deveria fazer-se dando a entender que as suas causas eram apenas a boa vizinhança e a necessidade de contentar os vassallos portugueses naquela ilha, pois de outra forma não se satisfariam com preço justo.⁵⁴

O vice-rei sabia, pois, que as suas justificações formais para adiar a entrega eram escassas, avançando para Lisboa razões mais profundas que tornavam obrigatório tentar reverter a decisão tomada aquando do tratado. Toda esta argumentação pode revelar que, para além da compreensão da grande importância de Bombaim para o Estado e para a Província do Norte, poderia pesar já na posição de Melo de Castro a pressão dos poderes locais, talvez mesmo um suborno, tanto dos jesuítas de Bandorá, como dos fidalgos de Baçaim, tementes que os britânicos acabassem por apossar-se da rica ilha de Salsete. Neste sentido aponta a documentação britânica, que atribui aos religiosos, catalogados como “os homens que governam aqui e são donos de Salsete”, a responsabilidade pelo fracasso das negociações com o vice-rei português. Saliente-se que esta documentação dá a imagem de que os jesuítas exerciam o mando sobre os locais de forma tirânica, tomando crianças órfãs de pais gentios, registando que alguns destes haviam expressado apoio aos britânicos contra os portugueses.⁵⁵

Depois de enviar justificações e propostas para a Europa sobre este caso, Melo de Castro procurou reverter a opinião do Conselho de Estado a seu favor

⁵⁴ Carta de António de Melo de Castro ao rei, Goa, 28/12/1662 (AHU, Índia, cx. 44, doc. 128 e 142). Veja-se Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, p. 171 e Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, DIFEL, 1995, p. 254.

⁵⁵ Carta do Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, 18/12/1662 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 139). Cartas de Henry Gary para Londres, 10/01/1663 e 22/01/1663 (publicadas por William Foster, *The English Factories...*, pp. 141-44). Carta de Sir George Oxenden para Lord Arlington, principal secretário do rei britânico, Surate, 16/03/1665, publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 144). Carta de Sir Abraham Shipman para o secretário de Estado Sir William Morice, 20/01/1663 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 216).

na contenda formal com os britânicos, mas também que se pronunciassem em geral sobre a importância de Bombaim para o Estado da Índia; responsabilizava-os agora pelas suas posições, notando que enviaria todos os votos ao rei.⁵⁶ Desta feita, os conselheiros concordaram unanimemente com a posição do vice-rei, subscrevendo na globalidade todos os seus argumentos, acentuando particularmente a falta de socorro britânico aos recentes ataques neerlandeses no Malabar e acrescentando ainda mais alguns motivos para reter Bombaim. Por um lado, não ficara claro pelo tratado qual o território a dar aos britânicos, pois obviamente que Bombaim era apenas a ponta mais a sul da ilha de Salsete, separada desta por “um rio estreito entre Maim e Bandorá”. Por outro, a concessão acarretaria danos financeiros para as demais praças do Norte, com redução das receitas da alfândega de Diu e rendas de Baçaim e Chaul, assinalando o contributo das terras do Norte para as finanças e abastecimentos de Goa. Por fim, salientavam que, para além da excelência do porto de Bombaim, haveria que considerar também o fundeadouro porto vizinho de Versavá, igualmente utilizado aquando dos cercos a Goa das décadas anteriores.

Retenha-se do eloquente parecer de D. Francisco de Castelo Branco, o único que meses antes votara ao lado de Melo de Castro, a afirmação sobre a ameaça que a posse de Bombaim para os britânicos representava para as praças portuguesas de Damão, Baçaim e Chaul, tão desguarnecidas no flanco terrestre. Afirmava ele que esta região “de que se sustenta são os seus contornos, que dominados doutro senhorio, e cercados por mar, não lhes resta outro nenhum modo de se poderem conservar que entregarem-se à mercê de quem intentar as suas invasões”.⁵⁷ É patente a consciência da importância geo-estratégica da pequena posição de Bombaim para um território predominantemente insular, como era o distrito de Baçaim, no qual a comunicação se fazia fundamentalmente por via fluvial e marítima, sendo que esta ilha se encontrava precisamente na foz do principal rio da região. Sem a ligação naval, todo o território ficava à mercê dos ataques que forças muçulmanas fizessem a partir do interior indiano.

Note-se que a mudança de opinião registada no Conselho foi justificada pelos seus membros pela presença de novos documentos, que alegadamente os governadores não tinham fornecido aquando da reunião anterior. Para o observador britânico Henry Gary, com experiência de anos de serviço à EIC, a principal razão para a mudança de atitude dos fidalgos em Goa fora a falta de apoio

⁵⁶ A 25/01/1663, António de Melo de Castro remeteu de Goa ao Conselho de Estado os papéis que enviara aos governadores e dos quais, pensava, os conselheiros não tinham tido notícia (AHU, Índia, cx. 44, doc. 128).

⁵⁷ Pareceres dos conselheiros de Estado, emitidos entre 28/01/1663 e 04/02/1663 (HAG, MR, 28B, 526-39), publicados no *Arquivo das Colónias*, como refere Adriano José Ernesto Coto, *A cessão de Bombaim à Inglaterra...*, que aliás analisa e transcreve alguns dos documentos acima citados.

naval britânico no cerco neerlandês a Cochim, o qual acabara por ser repellido com sucesso pelas forças do seu amigo Inácio Sarmento de Carvalho.⁵⁸ Não há razões para duvidar do relato desinteressado do oficial britânico, pelo que deve admitir-se que, se antes Goa estava disposta a sacrificar a pequena ilha com o fito de resolver questões prementes do Estado, verificava agora que não teria apoio britânico para tal, juntando-se assim ao vice-rei na sua recusa de entrega.

Face a esta irredutibilidade portuguesa, os oficiais britânicos escreveram para Londres, queixando-se da atitude dos seus interlocutores e sugerindo formas de ultrapassar este impasse. Shipman, numa estratégia mais agressiva, recomendava ao monarca britânico que, se quisesse ainda levar o assunto por diante, deveria enviar mais mil homens para que, juntos com os efectivos existentes na Índia, tomassem não só Bombaim, mas também Salsete e outras ilhas vizinhas, o que compensaria a despesa com esta empresa; era garantido o apoio de alguns locais, descontentes com o soberano português por este não lhes dar qualquer protecção. Para o indigitado governador britânico as ilhas entre Bombaim e Baçaim eram as mais proveitosas da Índia, fornecendo açúcar, arroz, cocos, sal e outras manufacturas, acrescentando que o porto da primeira era “o mais nobre que eu já vi” e que em dois ou três anos anularia Surate, concentrando-se ali todo o comércio, livre da tirania dos mogores.⁵⁹

Não havia, porém, unanimidade no campo britânico face à rentabilidade daquela possessão e às iniciativas que deveriam ser tomadas para assegurar a sua posse. O citado oficial Henry Gary sustentava que Bombaim traria poucos proveitos, dada a sua reduzida extensão, mal avaliada nos mapas. Ainda assim, considerava o porto bastante bem localizado, havendo a possibilidade de dar consideráveis rendimentos alfandegários ao rei, pois poder-se-ia deslocar para ali o trato de Cambaia e Surate. A proximidade de Taná, cidade onde se fabricavam variados tecidos e móveis e onde acorriam todas as mercadorias do Hindustão, de forma mais facilitada e barata que Surate ou Cambaia, podia fazer de Bombaim um local proveitoso em termos comerciais. Referia ainda a produção de arroz, açúcar, sal e milho em espaços como Baçaim, Caranjá e Salsete. Advertia que, para garantir a posse da ilha, era necessário impedir que a argumentação de António de Melo de Castro colhesse apoios em Lisboa.⁶⁰

⁵⁸ Carta de Henry Gary para Londres, Goa, 10/01/1663 (publicadas por William Foster, *The English Factories...*, pp. 141-43).

⁵⁹ Carta de Sir Abraham Shipman para o secretário de Estado Sir William Morice, 20/01/1663 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 216).

⁶⁰ Cartas de Henry Gary para Londres, 10/01/1663 e 22/01/1663 (publicadas por William Foster, *The English Factories...*, pp. 141-44).

3. Reacções à não entrega

A primeira informação de que Bombaim não tinha sido entregue a Marlborough terá chegado ao reino britânico a 11 de Maio de 1663.⁶¹ Tal facto levou Londres a adoptar uma posição verbal extremamente dura nas negociações subsequentes com Lisboa, fazendo-se numerosas exigências e considerações junto da Corte portuguesa, em tom de manifesta indignação. Impôs-se imediatamente a remoção do vice-rei do seu posto, acusado de ter instruções para fazer a entrega e de não as cumprir, com desculpas “tão infantis” e num acto “louco”; pedia-se o pagamento das despesas da armada, sugerindo-se que nem isso repararia o ultraje praticado pelos portugueses; afirmava-se que Bombaim era coisa bem menor do que tinha sido feito crer; ameaçava-se que o não cumprimento da entrega levaria ao fim da aliança estabelecida e a um possível entendimento anglo-neerlandês contra os portugueses no Índico. Além disso, o facto era colocado como representando uma afronta pessoal para o soberano britânico que, por isso, dava mostras de grande agastamento.⁶²

A pressão sobre os embaixadores portugueses, entretanto enviados à Corte britânica, foi-se adensando. Francisco Ferreira Rebelo conheceu a insistência dos seus principais ministros sobre este assunto, exigindo-se o castigo do vice-rei, a reparação pelas perdas averbadas no envio da armada, calculadas em 100 mil libras, e a entrega de Bombaim “em toda a sua extensão declarada ao monarca nos mapas, contendo não apenas Bombaim, mas Salsete e Taná”.⁶³ Esta última queixa revelava que, ao descontentamento pela recusa da entrega de Bombaim, se somava a constatação da pequenez do território doado, verificada pelos oficiais britânicos no local, e portanto o possível engano aquando das negociações.

Meses depois, D. Francisco de Melo observou como o assunto continuava a melindrar a Corte londrina, sendo ele próprio ali tratado asperamente. Dizia o embaixador que se esperava que Portugal fizesse uma grande demonstração da sua vontade em entregar Bombaim, enviando à Índia, por mar e terra, ordens expressas nesse sentido. A ele parecia-lhe, de facto, que só procedendo desta forma, Londres acreditaria nas boas intenções portuguesas. Na verdade, mostrava como facções contrárias ao chanceler britânico Clarendon ou pró-castelhanas no Parlamento e no Conselho procuravam explorar a afronta feita pelos portugueses, sublinhando a desonra que o monarca britânico estava a sofrer por toda a Europa e prejuízos na sua fazenda. Dizia que, no limite, este assunto

⁶¹ William Foster, *The English Factories...*, p. 226.

⁶² Cartas de Sir Henry Bennet e Clarendon para o embaixador em Lisboa Richard Fanshaw, Whitehall, 03/06/1663 e 05/06/1663 (Heathcote..., pp. 87-88 e 89-90).

⁶³ Carta de Sir Henry Bennet para Francisco Ferreira Rebelo, Whitehall, 04/08/1663 (IOR, H48, fl. 96-98).

poderia resultar numa guerra anglo-portuguesa, comparando a problemática de Bombaim à acção nociva da intriga castelhana entre as duas coroas.⁶⁴

Entretanto chegavam a Londres mais informações sobre as razões da retenção da ilha por parte do vice-rei português, procedentes da documentação trazida da Índia pelo padre Manuel Godinho que, recorde-se, empreendera a viagem terrestre entre a Ásia e a Europa. O côsul britânico em Lisboa relatou-as ao seu soberano, embora tivesse suspeitas sobre a sua real origem, pondo até a hipótese de ter sido forjada na própria capital portuguesa. Além de enunciar todos os fundamentos já antes expostos, referindo também uma hipotética movimentação de resistência à entrega por parte da população de Baçaim e Chaul, conduzida por Melo de Castro, Thomas Maynard realçava, sobretudo, a contradição do vice-rei que, apesar de ter evocado formalidades várias para impedir a cessão da ilha, mostrou-se disponível para as ultrapassar caso lhe fosse dado auxílio na luta contra os neerlandeses em Cochim.⁶⁵ Diga-se que as queixas perante o rei britânico face ao desrespeito do tratado, embora relativo a outros pontos, continuaram nos meses seguintes, por parte dos mercadores britânicos residentes em Lisboa.⁶⁶

Note-se porém que, apesar deste discurso agressivo transmitido nas ordens da Corte britânica para o seu embaixador em Lisboa e na própria pressão feita sobre os diplomatas portugueses ali estabelecidos, a verdade é que Londres nada fez de concreto para reparar a afronta.

Por um lado, as próprias instruções hostis dadas pelos ministros londrinos ao seu legado na capital portuguesa, indicavam que Carlos II agiria por ora sem precipitação, esperando que o rei português fizesse algo para reparar aquele dano sem que fosse necessária qualquer acção britânica.

Por outro, em Lisboa, Fanshaw procurou não melindrar o Conselho de Estado português ante a ira do seu monarca, procurando que Castelo Melhor avaliasse se a transcrição das cartas acerca da não entrega de Bombaim não continham palavras ofensivas.⁶⁷ A cumplicidade entre Castelo Melhor e Fanshaw era aliás patente, com o primeiro a pedir uma avaliação ao segundo sobre qual a melhor

⁶⁴ Capítulo de uma carta para Lisboa de D. Francisco de Melo sobre Bombaim, Londres, 16/10/1663, em resposta a uma carta régia de 17/08/1663 (British Library (BL), Add.20.844, fls. 87v-89). Segundo Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations...*, p. 454, a aliança luso-britânica era então bastante impopular entre os ingleses, havendo uma opinião geral de que o seu monarca havia sido enganado.

⁶⁵ Carta de Thomas Maynard para Londres, Lisboa, 15/11/1663 (NA, PRO, SP89/6, fls. 185-86), elaborada a partir da documentação trazida pelo padre Manuel Godinho da Índia, a qual lhe fora dada a ler pelo secretário de Estado.

⁶⁶ Carta de Thomas Maynard, Londres, 18/06/1664 (NA, PRO, SP 89/6, fls. 242-245).

⁶⁷ Carta de Sir Richard Fanshaw para o conde de Castelo Melhor, 18/06/1663 (Heathcote..., p. 111).

forma de contornar, junto da sua Corte, o lamentável sucedido.⁶⁸ A resposta do embaixador revelava as ordens recebidas do seu soberano, apontando-se como solução para o problema castigar-se o vice-rei, efectuar-se a entrega de Baçaim (além da ilha de Bombaim), proceder-se ao pagamento das tropas britânicas em Portugal e efectivar-se a regulação do comércio naval.⁶⁹ Castelo Melhor respondeu que quanto a Bombaim se estava a procurar remediar o caso, empatando no entanto todas as outras reivindicações do embaixador.⁷⁰ Fanshaw partiu então para o Reino britânico a fim de receber novas instruções, salientando porém que as reivindicações apresentadas deviam ser satisfeitas.⁷¹

Além disso, não obstante a sua ira para com o procedimento do vice-rei, o monarca britânico acabou por satisfazer as suas exigências, outorgando os documentos por ele pedidos a Sir Abraham Shipman para que este recebesse a ilha de Bombaim, como comissário, deputado e procurador de Carlos II.⁷²

Por fim, saliente-se a questão do apoio militar britânico à guerra da Restauração, prescrito no tratado de 1661. Agora em Paris, D. Francisco de Melo começou por reportar para Lisboa que, sobre a vinda dos soldados britânicos para a frente ibérica, “os impede o negócio de Bombaim”.⁷³ Ainda assim, pouco tempo depois, o assunto foi desbloqueado, quando o rei britânico cedeu mil homens armados, desfecho que o embaixador considerou um verdadeiro milagre.⁷⁴ Note-se que esta concessão de Carlos II teve apenas como contrapartida por parte de Portugal, o envio para Londres da cópia das cartas de D. Afonso VI para António de Melo de Castro.

A razão para esta suavidade nos actos, contrastando com a sonoridade das palavras por parte dos britânicos, deverá ser entendida como, por um lado, a consciência de que Portugal não tinha outro caminho senão cumprir escrupulosamente o que fora acordado no tratado, pois dele dependia a sua própria indepen-

⁶⁸ Carta do conde de Castelo Melhor para Sir Richard Fanshaw, 20/06/1663 (Heathcote..., p. 113).

⁶⁹ Carta de Sir Richard Fanshaw para o conde de Castelo Melhor, 26/06/1663 (Heathcote..., p. 116).

⁷⁰ Carta do conde de Castelo Melhor para Sir Richard Fanshaw, 30/06/1663 (Heathcote..., p. 121).

⁷¹ Carta de Sir Richard Fanshaw para o conde de Castelo Melhor, 02/07/1663 (Heathcote..., p. 122).

⁷² William Foster, *The English Factories...*, p. 227, citando o documento original de 23/11/1663, publicado em português no *Suplemento à Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre Portugal e as mais Potências desde 1640*, ed. Júlio Firmino Judice Biker, Lisboa, Imprensa Nacional, tomo IX, 1872, pp. 253-255 e em latim na CTCP, III, pp. 26-27, do original no HAG, *Livro Verde 1*, fl. 270v.

⁷³ Cartas de D. Francisco de Melo para o conde de Castelo Melhor, Paris, 10/12/1663 e 25/01/1664 (BL, Add.38.038).

⁷⁴ Carta de D. Francisco de Melo para o conde de Castelo Melhor, Paris, 17/02/1664 (BL, Add.38.038).

dência, sendo que dessa forma a ilha da costa ocidental indiana lhes viria parar às mãos. Por outro, não interessaria também ao Reino Unido o rompimento desta aliança, útil no quadro da instável situação política europeia.

Efectivamente, logo após a chegada a Lisboa das notícias de que António de Melo de Castro se recusara a ceder Bombaim, oriundas em primeira mão do Reino Unido, e mal a ocasião o permitiu, D. Afonso VI escreveu ao vice-rei. O monarca estranhava muito aquele procedimento, ordenando de imediato que, para o bem do Reino, do Estado da Índia e das relações com o rei britânico, se fizesse a entrega “sem contradição alguma, pois a matéria o não admite”, ameaçando que mandaria proceder contra quem o impedisse “com a demonstração que o caso pede”.⁷⁵ Ainda assim, talvez por encontrar fundamentos na argumentação que lhe foi chegando da Índia nos meses seguintes, o soberano mandou avaliar a conduta do seu oficial.

Conhecemos, designadamente, o parecer elucidativo do visconde de Vila Nova de Cerveira, para quem não havia outra interpretação possível do artigo 11.º do tratado de paz que não fosse a cedência de Bombaim aos britânicos. Das razões apontadas pelo vice-rei não via nenhuma que justificasse a recusa da entrega, exceptuando talvez a questão religiosa, sendo que parecia injustificada a desculpa de que os britânicos não tinham dado socorro na costa oriental africana, uma vez que a promessa de auxílio derivava da entrega de Bombaim, pelo que na falta desta aqueles não estavam obrigados a dar socorro. Apontava ainda que a fórmula de concessão “com suas pertenças” estava a suscitar dos britânicos algumas dúvidas relativas ao território que fora efectivamente concedido, pelo que este assunto deveria ser também esclarecido. Finalmente, se ao rei português e a seus ministros parecera proveitosa a paz e a aliança com o Reino Unido com todas as condições do tratado de paz, haveria pois que o cumprir integralmente. Exclamava eloquentemente: “bem vejo que fora melhor ficar com Bombaim, mas arriscar por Bombaim a Portugal, que sem Portugal não seria, nem será boa mercancia”, pois a guerra com os britânicos seria certa, com óbvia derrota portuguesa. Isto é, embora fosse reconhecido o valor estratégico da ilha, esta não justificava que se quebrassem a palavra dada e, sobretudo que se pusesse em perigo a integridade do Reino. Não tendo o governador da Índia feito aquela entrega, melhor seria pois enviar outro oficial para a fazer, pois seria altamente escandaloso se a ordem régia não fosse cumprida de novo, ficando então os britânicos com opinião “que as ordens que de cá se mandam são simuladas”.⁷⁶

Reunidos estes elementos, o rei escreveu então novamente a António de Melo de Castro, dando resposta à sua carta vinda por terra através do jesuíta Manuel Godinho. Voltava a condenar a não entrega de Bombaim, tal como estava

⁷⁵ Carta régia para António de Melo de Castro, Lisboa, 16/08/1663 (HAG, MR, 31/32, fl. 196; *Suplemento à Collecção dos Tratados...*, tomo IX, 1872, p. 245).

⁷⁶ Parecer do visconde D. Diogo de Lima sobre Bombaim, Lisboa, 14/12/1663 (BL, Add.20.844, fls. 90-91v).

previsto nas capitulações, afirmando que estas e o desejo de “dar contentamento a el-rei meu irmão” do Reino Unido “não permite[m] dúvida nesta matéria”. Ordenava, pois, que com brevidade se cumprisse a entrega, esclarecendo que os moradores daquela ilha se tinham equivocado a interpretar o artigo da capitulação, pois neste se estabelecia que estes conservariam as suas fazendas, vivendo apenas sob outro rei, mantendo também o culto Católico Romano; o seu sacrifício seria benéfico para todo o Estado da Índia, pois as forças britânicas iriam prestar-lhe o auxílio necessário. Advertia de forma lapidária que “este negócio não admite réplicas nem dilação”.⁷⁷

Lisboa empenhou-se também em justificar-se perante Carlos II, informando-o da grande urgência com que mandara que este assunto se resolvesse na Índia, remetendo-lhe cópia das cartas que mandara para Goa, como já foi referido, e escusando-se pela moléstia que a demora na entrega causara, nomeadamente através do seu representante em Londres, Francisco Ferreira Rebelo.⁷⁸ Como ficou dito, estas diligências terão sido suficientes para acalmar os ânimos britânicos.

Entretanto na Índia, perante a perda de Cochim para os neerlandeses, no início de 1663, o Conselho de Goa e o próprio António de Melo de Castro concordaram que se deveria fazer a entrega de Bombaim aos britânicos, numa autêntica reviravolta face à orientação definida poucos meses antes. Com uma evidente preocupação face aos instáveis equilíbrios político-militares entre as diversas potências europeias na Ásia, receava-se agora em Goa a existência de um possível acordo secreto anglo-neerlandês no Índico, o qual poderia conduzir a que fossem estes últimos a entregar a ilha aos primeiros, após a sua conquista. Neste caso, o prejuízo para os portugueses era evidente, pois perderiam a terra e ficariam em guerra com os britânicos.⁷⁹ Estes justificavam a reviravolta da posição do vice-rei com o adensar das pressões em Goa no sentido da entrega, derivadas da perda de Cochim, havendo até ameaças de alguns fidalgos se rebelarem contra Melo de Castro. Acreditava-se que a recente notícia da perda de Cananor e a expulsão dos portugueses do Malabar iria adensar esta situação.⁸⁰

⁷⁷ Carta régia para António de Melo de Castro, Lisboa, 08/02/1664 (HAG, MR, 30,15, publicada na CTCP, III, pp. 29-30).

⁷⁸ Cartas de D. Afonso VI para Carlos II, Salvaterra e Lisboa, 10/02/1664 e 12/07/1664 (NA, PRO, SP 89/6, fls. 211 e 257).

⁷⁹ Conselho de Estado reunido em Goa, a 03/03/1663, analisando uma proposta do vice-rei António de Melo de Castro de 11/02/1663 (P. Pissurlencar, *Assentos Conselho de Estado* (ACE), vol. IV, doc. 34).

⁸⁰ Carta de Robert Master e outros oficiais britânicos para Surate, 09/03/1663 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 221). De facto, há indícios de que nem todos os oficiais superiores do Estado da Índia estariam ao lado do vice-rei, como ilustra a carta do vedor da Fazenda Geral, Martim Velho Barreto ao rei, de 12/05/1663, acusando António de Melo de Castro

O oficial britânico Henry Gary, que há meses procurava exortar o vice-rei a ceder Bombaim a Shipman, chegou a persuadir-se que este e o Conselho daquela cidade tinham decidido efectivamente entregar a ilha.⁸¹

Porém, a notícia de que na Europa se haviam assinado as já referidas pazes de 1662, entre Portugal e as Províncias Unidas, fez regozijar Goa, acabando os seus governantes por endurecer novamente a sua atitude e conservar a posse de Bombaim. Desta mesma realidade deu conta Sir Abraham Shipman para Londres, referindo igualmente que o vice-rei não temia represálias pela retenção da ilha.⁸² A expedição britânica comandada por este oficial e estacionada na ilha de Angediva penava com numerosas baixas, ante o impasse evidente das negociações com os portugueses e o cruzar de notícias contraditórias sobre a sua real intenção. É clara a inexistência de um poder militar da Coroa britânica na Índia que pudesse pressionar de forma eficaz o Estado da Índia nos seus propósitos, razão pela qual os portugueses puderam manter a sua intransigência, ultrapassada que parecia estar a ameaça neerlandesa.

No entanto, parece evidente que existiriam, de facto, divergências em Goa sobre a questão de Bombaim, sendo certo que António de Melo de Castro continuava a ser a principal voz a defender a conservação da ilha. Destas contendas davam conta os oficiais britânicos, que assim acabavam por se deixar confundir sobre a posição que os portugueses iriam adoptar. Durante o ano de 1663, o citado Henry Gary tanto opinou que Bombaim nunca seria britânica sem que fosse tomada à força, pois a mencionada paz entre Portugal e as Províncias Unidas tornava dispensável o auxílio britânico na região,⁸³ como meses depois se mostrava crente na entrega pacífica da ilha, dado o apoio que esta tinha em Goa.⁸⁴ Quanto à EIC mantinha a sua posição de que a entrega de Bombaim seria improvável.⁸⁵

A impopularidade geral do vice-rei foi reportada para os oficiais da Companhia em Surate já em 1664, grassando entre fidalgos ricos, cidadãos e gentios, a quem Melo de Castro procurava extorquir dinheiro; estes desmandos tinham motivado, aliás, a fuga de alguns destes, três dos quais para Angediva, em busca de segurança junto dos britânicos. Existiam várias intrigas e conspirações contra

de não ter preparado convenientemente a defesa de Cochim, permanecendo no Norte, sabendo do aperto em que estava aquela praça (AHU, Índia, cx. 45, doc. 205).

⁸¹ Carta de Henry Gary para o conde Marlborough, Goa, 17/03/1663 (William Foster, *The English Factories...*, p. 219).

⁸² Carta de Sir Abraham Shipman para Sir George Carteret, vice-chamberlain of the household, que podemos traduzir por camareiro-mor, sem data (William Foster, *The English Factories...*, p. 224).

⁸³ Carta de Henry Gary para um parente em Londres, Surate, 22/08/1663 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 220).

⁸⁴ Carta de Henry Gary para Marlborough, Surate, 03/12/1663 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 226).

⁸⁵ Carta do Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, Surate, 24/11/1663 (IOR/H/48, fls. 102-114).

o vice-rei que nunca tinham alcançado os seus objectivos, nomeadamente uma tentativa de assassinato aquando de uma cerimónia pública.⁸⁶

Em Outubro de 1664 chegaram a Goa as primeiras reacções europeias à recusa de António de Melo de Castro em ceder Bombaim à esquadra britânica, ocorrida cerca de dois anos antes. Entre as missivas endereçadas por via terrestre contava-se uma do rei de Portugal para que o vice-rei entregasse a ilha, aparentemente sob pena de alguns castigos. O oficial britânico que deu conta destes acontecimentos vaticinava que a morte de Shipman, ocorrida na ilha de Angediva meses antes,⁸⁷ ou qualquer outra desculpa iria ser utilizada para novo adiamento, de acordo com o que ouvira a alguns nobres do Conselho de Goa.⁸⁸ De facto, escassos dias depois, Melo de Castro escreveu à Relação dando conta que recebera esta carta régia, afirmando astutamente não saber a quem entregar a ilha, pois a procuração do rei britânico encarregava Shipman de a receber, não tendo o dito soberano indicado outro indivíduo para o efeito.⁸⁹ Aquele tribunal, depois de traduzir o testamento do falecido governador, não teve dúvidas em indicar Humphrey Cook como sucessor e, desta forma, com poder para receber Bombaim.⁹⁰

Melo de Castro não se deu, porém, por satisfeito com a resposta e resolveu ouvir os principais fidalgos em Goa. Todos opinaram que, tendo em conta as mais recentes ordens régias, nas quais o soberano se mostrava assaz desagradado por não ter sido feita a entrega de Bombaim na primeira ordem, esta devia ser feita imediatamente, na pessoa designada no testamento de Shipman. António de Sousa Coutinho, embora concordando com esta premissa, antevia inconvenientes futuros, resultado da indefinição geográfica da concessão: “E então se ficará conhecendo que o Sereníssimo rei do Reino Unido soube bem pedir e nós não soubemos especificar o que se haveria de dar e desta falta se podem temer novidades bem prejudiciais”.⁹¹

⁸⁶ Cartas de oficiais britânicos para Surate, Kār wār, 05/02/1664 e 28/04/1664 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 334).

⁸⁷ A 05/04/1664, Shipman assinou uma comissão pela qual apontava como sucessor o seu secretário Humphrey Cook, falecendo no dia seguinte (carta publicada em *Suplemento à Collecção dos Tratados...*, tomo IX, 1872, pp. 255-257). Cook tomou imediatamente posse, escrevendo para a secretaria de Estado anunciando este facto e esperando ordens régias para se transferir para Bombaim, 06/09/1664 (carta publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 333).

⁸⁸ Carta de Randolph Taylor para Surate, Angediva, 03/11/1664 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, pp. 335-36).

⁸⁹ Carta de António de Melo de Castro à Relação de Goa, Goa, 03/11/1664 (CTCP, III, 30).

⁹⁰ Carta da Relação para António de Melo de Castro, Goa, 04/11/1664, na qual se afirmava que, mediante as cartas régias de 09/04/1662 e 16/08/1663, entretanto chegadas à Índia, bem como a comissão do rei britânico de 23/11/1663, haveria que traduzir o testamento de Shipman (HAG, MR, 31/32, fl. 204). A 13/11/1664, os desembargadores da Relação designaram Humphrey Cooke (HAG, MR, 31/32, fls. 180 e 203).

⁹¹ Pareceres de António de Sousa Coutinho, Francisco de Melo de Castro, Inácio Sarmiento de Carvalho, D. Francisco de Lima, D. Álvaro de Ataíde, Manuel de Saldanha e do vedor Luís

Perante esta unanimidade, o vice-rei acabou por decidir-se a entregar a ilha, nomeando o vedor da Fazenda Geral Luís Mendes de Vasconcelos e o chanceler do Estado Dr. Sebastião Álvares Migos para, juntamente com Humphrey Cook, procederem à cessão de Bombaim em seu nome.⁹² Ainda assim escreveu ao rei em tom dramático, dando conta que dera ordem para se encetarem as diligências para a entrega da ilha, não deixando de voltar a frisar veementemente a sua discordância: “Confesso aos pés de Vossa Magestade que só a obediência que devo como vassalo pudera forçar me a esta acção, porque antevejo os grandes trabalhos que desta vizinhança hão de nascer aos portugueses e que se acabou a Índia no mesmo dia em que a nação inglesa fizer assento em Bombaim”. Não deixava de salientar como toda a sua conduta desde que partira de Lisboa se pautara sempre pelo serviço régio, pelo que esperava do monarca reconhecimento da sua acção.⁹³

Decidida a entrega, realce-se contudo que da parte britânica não houve de imediato convergência sobre a oportunidade de tomar posse da ilha, havendo um claro desfasamento de posições entre os comandantes da esquadra real britânica estacionados em Angediva e os oficiais da EIC em Surate. Esta diferença remontava, aliás, aos tempos em que Shipman comandava ainda as forças encarregues de tomar posse de Bombaim. O próprio Carlos II, ciente desta dualidade de interesses dos seus vassallos na Ásia, procurara salvaguardar que Shipman fosse auxiliado pela EIC,⁹⁴ o que parece não ter acontecido durante aquela estadia naquela ilha indiana. Se o primeiro, juntamente com os seus soldados, se mostrava desagradado pelas enormes faltas que padecia, além das numerosas baixas (dos 450 homens iniciais apenas quedavam então 150), os segundos consideravam que tal era inverosímil e que não havia razões para insatisfações, não prestando por isso a ajuda requerida.⁹⁵

Assim, quando Humphrey Cook escreveu para a EIC em Surate pedindo a assistência necessária para se dirigir de Angediva a Bombaim, recebeu como resposta que, face à eminente ou mesmo efectiva guerra entre o Reino Unido e as Províncias Unidas, seria perigoso tomar posse daquela ilha, pois com toda

Mendes de Vasconcelos, Goa, 13/11/1664 a 30/11/1664, sobre as questões levantadas pelo vice-rei acerca de Bombaim (HAG, MR, 31/32, fls. 182-95). Veja-se Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, pp. 171-72.

⁹² Alvará de António de Melo de Castro, Goa, 10/01/1665 (CTCP, III, 35). Por carta de 26/12/1664, o vice-rei informara Cook que, no dia seguinte, seria nomeada a pessoa encarregue de entregar a ilha (CTCP, III, 55).

⁹³ Carta de António de Melo de Castro para o rei, Goa, 05/01/1665 (CTCP, III, 32-33).

⁹⁴ Carta dos directores da EIC para o presidente e Conselho de Surate, Londres, 27/11/1663 (referida por William Foster, *The English Factories...*, pp. 227-28).

⁹⁵ Carta do Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, 16/04/1663, e carta de Shipman para Sir George Carteret em Londres, Angediva, 28/11/1663 (publicadas por William Foster, *The English Factories...*, pp. 222 e 225).

a probabilidade os neerlandeses iriam atacá-la mal esta passasse para a Coroa britânica. Ainda assim, o presidente da EIC em Surate, Sir George Oxenden nomeou Henry Gary para ir a Goa procurar meios para aquele transporte.⁹⁶ A falta de vontade da Companhia em auxiliar Cook ficou também bem patente quando alguns dos seus oficiais, em viagem de Kārwār para Surate, se escusaram a transportá-lo para Bombaim, alegadamente por terem outras ordens e missões, não obstante a notícia de que os portugueses tinham decidido entregar a ilha.⁹⁷ Efectivamente, o governador britânico acabou por obter os meios necessários ao cumprimento dos seus intentos em Goa, não sem algum atrito entre o seu enviado e Gary, emissário de Oxenden e, obviamente, alguma resistência de António de Melo de Castro.⁹⁸ Gary, que necessariamente salientava para Londres o seu protagonismo na resolução deste problema logístico, anunciava que iria tomar as providências necessárias para que a futura Bombaim britânica cumprisse o que entendia ser a sua função, atraindo ali todos os mercadores possíveis de Surate, Cambaia, Diu, Tata, Ahmedabad, Baroche e outros locais.⁹⁹

Quanto à EIC, apesar da iminência da entrega, continuava a opinar que os britânicos deveriam retardar momentaneamente a posse de Bombaim, aguardando alguma paz entre eles e os neerlandeses, pois o porto era “uma estrada ou baía aberta, que de forma nenhuma poderia atacar qualquer inimigo ou defender-se”, sendo as forças reais extremamente escassas. Adiantava-se que os neerlandeses tinham os olhos naquela ilha e que, como os britânicos eram novos na região, fracos, com falta de meios de defesa e com a má vizinhança dos jesuítas, a sua presença na ilha seria efémera pela acção dos nativos, caso não houvesse fornecimento externo de navios, homens e dinheiro. Esperavam, no entanto, que tal cenário não se colocasse, pois seria proveitoso “para nós” ter um estabelecimento na Índia sob o “nosso próprio governo”, não sujeito ao domínio dos muçulmanos.¹⁰⁰ O que é facto é que, a 18 de Fevereiro de 1665, Humphrey Cook tomou posse da ilha de Bombaim em nome da Coroa do Reino Unido, dois anos e meio depois da primeira demanda nesse sentido junto de António de Melo de Castro.

⁹⁶ Carta de Humphrey Cook para Oxenden e o Conselho em Surate, Angediva, 09/11/1664, e resposta deste, Surate, 03/12/1664 (referidas por William Foster, *The English Factories...*, pp. 336-37).

⁹⁷ Carta de Robert Bowen, James Barker e Charles Hijinson para Cook, 08/12/1664 (IOR/H/48, fls. 122-123).

⁹⁸ William Foster, *The English Factories...*, pp. 337-38, citando cartas de Taylor e Petit, Goa, 15/12/1664 e 24/12/1664.

⁹⁹ Carta de Henry Gary para Londres, Goa, 09/01/1665 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 340). Efectivamente, os britânicos afirmaram-se como competidores económicos e geo-políticos do Estado da Índia nos anos seguintes, procurando atrair a Bombaim os mercadores indígenas e capitais da Província do Norte (Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, p. 174).

¹⁰⁰ Carta do Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, 12/01/1665 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, pp. 340-41).

Lembre-se que em finais de 1662, o vice-rei propusera a D. Afonso VI a compra de Bombaim, como forma de contornar as exigências do tratado de paz com o Reino Unido. Tal parece ter sido seriamente considerado em Lisboa a partir de 1664, como referiu o embaixador em Londres D. Francisco de Melo.¹⁰¹ Naquele ano, o soberano português enviou Francisco Ferreira Rebelo à capital britânica, que reiterou os desejos do seu senhor em satisfazer os inconvenientes resultantes da delonga na entrega de Bombaim, salientando ainda assim que os habitantes daquela ilha persistiam em não admitir a perda dos privilégios e imunidades a que estavam habituados. Por esta razão, propunha-se uma solução que satisfizesse estes moradores e os direitos do rei britânico decorrentes do tratado. Carlos II respondeu afirmativamente a esta possibilidade, desde que o justo valor da ilha e as despesas da armada que fora tomar a sua posse fossem inteiramente satisfeitas,¹⁰² apresentando porém um valor impossível de satisfazer por Portugal, ainda para mais num contexto tão problemático. Note-se que, segundo uma carta régia para António de Melo de Castro, esperava-se que, dadas as dificuldades criadas na entrega de Bombaim, coubesse ao Estado da Índia garantir grande parte da quantia necessária à compra da ilha.¹⁰³

Entretanto em Lisboa, operava-se uma verdadeira reviravolta na posição portuguesa, pelo menos por parte do Conselho Ultramarino. O vice-rei, o Conselho, a Relação e as elites de Goa eram, em finais de 1665, criticados por terem entregue Bombaim aos britânicos, sem que estes tivessem exibido uma procuração de Carlos II nomeando o sucessor de Shipman. Não se compreendia como não tinha sido usada aquela falha processual para impedir uma resolução tão gravosa para o Estado, como ficara irrefutavelmente e claramente comprovado nas cartas de Melo de Castro. O Conselho sugeria que o monarca procurasse reverter esta situação em Londres, enviando para ali alguém que tivesse conhecimento suficiente da matéria e dos meandros diplomáticos daquela Corte.¹⁰⁴

Efectivamente, nos meses seguintes, o embaixador extraordinário D. Francisco de Melo procurou uma reavaliação do valor requerido, no sentido de que

¹⁰¹ Carta de D. Francisco de Melo para o rei britânico, Londres, 24/02/1666 (NA, PRO, SP 89/7, fls. 149-150). Veja-se William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, Oxford, Clarendon Press, 1925, pp. 56-57.

¹⁰² Note-se que, nos inícios de 1665, a Coroa britânica não tinha qualquer certeza de que Bombaim seria entregue aos seus oficiais, julgando-os ainda estacionados em Angediva. Por essa razão e ante a quebra de relações com as Províncias Unidas, estabeleceu com a EIC um acordo prevendo o transporte de parte daquelas forças para a Grã-Bretanha, sendo as demais conduzidas ao forte de St. George para integrar a respectiva guarnição. Estas informações foram reveladas a Humphrey Cook por carta do presidente e Conselho de Surate, de 19/09/1665 (publicada por William Foster, *The English Factories 1665-67...*, p. 58).

¹⁰³ Carta régia a António de Melo de Castro, Lisboa, 15/04/1665 (publicada na CTCP, III, p. 76).

¹⁰⁴ Parecer do Conselho Ultramarino, de 07/11/1665 (AHU, *Consultas do Conselho Ultramarino*, cód. 211, fls. 364v-365).

este pudesse ser mais do agrado das duas partes.¹⁰⁵ Declarou que o assunto deveria ser agora considerado de forma diferente, pois Bombaim fora entregue a Humphrey Cook, pelo que D. Afonso VI cumprira assim com as suas obrigações perante o seu homólogo britânico. Além disso, permaneciam os pedidos dos súbditos portugueses residentes naquela ilha para que esta regressasse à obediência do seu rei, a fim de manterem de forma mais segura as suas propriedades e a liberdade do culto católico, considerando D. Afonso VI que era obrigação sua proteger estes seus vassallos. O embaixador pretendeu ainda utilizar informações, sobre a situação que se vivia na Ásia por aqueles tempos, para convencer Londres a aceitar uma compensação mais moderada, nomeadamente as dificuldades de abastecimento de Bombaim, ilha tão longínqua da Europa e tão afastada de qualquer outra possessão britânica. Além de expor esta fraqueza – recorde-se que o principal assento da EIC era em Surate, porto sob o domínio do Grão-Mogol – assinalava o risco do “inimigo” neerlandês e os prejuízos para ambas as Coroas se estes tomassem aquele lugar.

A negociação parece ter sido acompanhada de perto por Lisboa, para quem só interessava avançar logo com dinheiro se a compra de Bombaim se fizesse incondicionalmente, pois que se Londres o quisesse fazer apenas no caso da ilha ainda não ter sido entregue se deveria protelar qualquer quantia, embora aceitando o negócio. O valor que se propunha avançar de imediato eram 200 mil cruzados, esclarecendo-se que estes deveriam ser contados em libras tonezas de França, para evitar os mal entendidos aquando do dote da princesa D. Catarina.¹⁰⁶ Outra hipótese que se colocava em Lisboa era a de Portugal ceder ao Reino Unido outra qualquer possessão em troca de Bombaim, necessariamente com um valor semelhante, proposta que se negociava em Londres nos primeiros meses de 1666.¹⁰⁷ Por esta altura, não obstante ter-se recebido em Londres a notícia de que a entrega já tinha sido efectuada, permaneciam as negociações sobre a aquisição da dita ilha, desta feita novamente através de Francisco Ferreira Rebelo.¹⁰⁸ Portugal tinha, porém, exigências financeiras já muito consideráveis no dote de D. Catarina e no donativo de pazes às Províncias Unidas, o que conjugado com a guerra com Espanha impediu a compra de Bombaim.¹⁰⁹

¹⁰⁵ Carta de D. Francisco de Melo para o rei britânico, Londres, 24/02/1666 (NA, PRO, SP 89/7, fls. 149-150).

¹⁰⁶ Cartas régias para D. Francisco de Melo, Lisboa, 06/10/1665 e 08/?/1665 (BL, Add.38.038, fls. 20 e 26).

¹⁰⁷ Carta do embaixador português para Lord Arlington, pedindo-lhe uma audiência, Londres, ?/03/1666 (NA, PRO, SP 89/7, fl. 155).

¹⁰⁸ Carta régia para D. Francisco de Melo, Lisboa, 04/04/1666 (BL, Add.38.038, fl. 112). Por esta carta sabemos que o monarca terá sugerido, junto do enviado britânico Sir Robert Southwell, a possibilidade de enviar um novo vice-rei para cumprir as ordens de entrega, muito embora nesta data já houvesse notícia de que tinham partido de Goa dois ministros para a fazer.

¹⁰⁹ Veja-se Glenn J. Ames, *Renascent Empire? ...*, p. 174.

4. Resultados imediatos da posse britânica de Bombaim (1665-68)

Tendo decidido entregar Bombaim no final de 1664, António de Melo de Castro terá cogitado de imediato uma forma de limitar o mais possível a concessão, procurando condicionar o futuro da presença britânica naquela zona. Resolveu obrigar Humphrey Cook a assinar um auto de entrega, elaborado dias antes da tomada de posse, no qual se estipulavam fundamentalmente quatro premissas que os britânicos deveriam observar no governo da ilha. Em primeiro lugar, consagrava-se a liberdade de navegação, comércio e pesca da Coroa portuguesa na baía de Bombaim, direito decorrente da existência de possessões lusas naquelas margens, ficando os britânicos impedidos de impor aí quaisquer tributos alfandegários, permanecendo “a passagem, e trato livre assim para as nossas terras, como para as demais partes como até agora se fazia”. Também o porto de Bandorá e os demais da ilha de Salsete deveriam ter acesso franqueado aos portugueses. Por outro lado, reafirmava-se a garantia de liberdade religiosa dos habitantes de Bombaim e conseqüente respeito pelas actividades, sacerdotes e templos católicos da ilha. Em terceiro lugar proibia-se o acolhimento de homiziados das possessões portuguesas em Bombaim, assim como a respectiva obrigação de captura, impedindo-se igualmente que mudassem de crença para evitarem ser restituídos. Por último, estipulava-se “que as pessoas que tem rendas em Bombaim [...] as possuirão com o mesmo direito sem poderem ser privados delas, senão nos casos que as Leis de Portugal dispõem, e sucederão nelas seus filhos, e descendentes com o mesmo direito”, devendo manter-se o valor dos respectivos foros¹¹⁰. Em suma, procurava-se garantir a manutenção da estrutura social e fundiária da ilha, afinal a base da presença portuguesa na Província do Norte, tentando contornar-se também a evidente primazia geo-estratégica de Bombaim para a circulação naquela zona.

Como bem assinalou William Foster, a aceitação destas condições por Cook ficou a dever-se ao facto dos portugueses serem então “os senhores da situação”, dado que Anjediva havia sido abandonada e a expedição britânica estava em Goa, em embarcações precárias, dependentes do vice-rei.¹¹¹ Note-se porém que, antes mesmo da assinatura do auto, alguns oficiais britânicos queixaram-se para Surate desta situação, classificando o documento como “demasiado ridículo para ser mantido (se o era de alguma forma válido)”, até porque o vice-rei já havia violado um dos artigos ao acolher em Goa britânicos desertores.¹¹² O próprio Cook esclareceu para Londres que tinha aceite as condições impostas pelo vice-

¹¹⁰ Vejam-se os capítulos inseridos no auto da entrega da ilha de Bombaim, Pangim, 14/01/1665 (CTCP, III, 41-49).

¹¹¹ William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, p. 37.

¹¹² Carta Taylor e Petit para Surate, Goa, 17/01/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, p. 39).

-rei para não haver mais atrasos e querelas e porque os seus barcos estavam em tão mau estado que quase se afundavam, ressalvando que agora iria “observar estes artigos da forma mais conveniente”.¹¹³ De facto, todos os altos dirigentes britânicos no Índico procuraram nos anos seguintes contrariar estas condições, motivando intensa troca de correspondência entre Goa, Bombaim, Surate, Lisboa e Londres, impedindo a melhoria das relações bilaterais no Índico.¹¹⁴

Embora sem o consagrar no auto de entrega, Goa impôs ainda mais uma condição para esta se realizar. Tendo Cook requerido que se lhe desse posse das aldeias de Mazagão, Parela, Varoli, Maim, Sião, Daravi e Vadalá, com seus anexos, “dissemos [que] não éramos mandados a dar posse nem fazer entrega de aldeias se não do porto e ilha de Bombaim que era coisa sabida, que o mar a cerca”.¹¹⁵ Mais uma vez aproveitando a morfologia do terreno deste espaço insular, os portugueses restringiram a área a ceder, um pouco à semelhança do que anos antes haviam negociado em Londres, quando fizeram crer aos britânicos que Bombaim incluía a ilha de Salsete. Desta feita, o jogo era mais subtil: os portugueses traziam para meados do século XVII a situação geográfica do território à sua chegada, quando todas aquelas aldeias representavam ilhas autónomas. O facto é que, nesta época, estas já se encontravam praticamente todas unidas, havendo notícia apenas de um pequeno curso de água onde “não se tomava nenhum barco para passar de uma a outra e sempre se podia passar a pé”.¹¹⁶ Este separava as aldeias de Mazagão, Parela, Varoli e Bombaim das de Maim, Sião e Vadalá, razão por que os portugueses apenas cederam aos britânicos o primeiro conjunto de aldeias, o que estes momentaneamente aceitaram.

Nos primeiros meses de governo de Bombaim, Humphrey Cook procurou fazer uma avaliação rigorosa da situação em que os portugueses tinham deixado a ilha, indagando sobre as suas reais valias e tomando as medidas possíveis para evitar alguns constrangimentos.¹¹⁷ Em primeiro lugar, era claro que os britânicos ocuparam as aldeias que lhes tinham sido subtraídas aquando da entrega, nomeadamente o importante porto de Maim. Cook descrevia o território na sua posse com as suas “cinco igrejas, nove vilas e aldeias, mais de 20 mil almas”, afirmando que a maioria das pessoas eram muito pobres. Notava que os jesuítas estavam assaz incomodados com a sua presença, pois tal representava o fim da

¹¹³ Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, 13/03/665 (William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 37-38).

¹¹⁴ Veja-se Glenn J. Ames, *Renascent Empire?*..., pp. 172-73.

¹¹⁵ Carta do chanceler da Relação de Goa Sebastião Álvares Migos para o rei, Bombaim, de 28/02/1665 (CTCP, III, 73-75).

¹¹⁶ Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 02/01/1666, dando conta de que os portugueses tinham Maim e Bombaim como duas ilhas distintas, mas não o conseguiam justificar (William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, p.65).

¹¹⁷ Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 13/03/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 44-47).

sua autoridade quase absoluta naquele espaço, fazendo todos os possíveis para tornar os britânicos odiosos perante os habitantes locais. O governador preca-vera-se de eventuais levantamentos, exigindo o juramento de fidelidade a todos os habitantes, pensando porém que a liberdade de culto os tornaria mais predispostos a manter-se ali pacificamente. Embora ainda não tivesse autorizado a construção de templos, como requeriam os gentios, pois tal iria ser considerado escandaloso pelos portugueses, permitira o culto privado.

Cook opinava que a ilha estava bem situada para o comércio de toda a Ásia, dando conta de que tal já se fazia sentir, pois variados mercadores tinham começado a afluir a Bombaim, augurando-se para ali o sucesso conseguido em Batávia. Sobre este assunto, Henry Gary, que já há meses se preocupava por atrair mercadores para a ilha, proferia que tal seria facilitado se o rei britânico desse liberdade para a construção de pagodes e mesquitas,¹¹⁸ até pelos tributos voluntários dos peregrinos nos templos.¹¹⁹ Os dois oficiais coincidiam em declarar a absoluta necessidade de não serem cobrados tributos na povoação portuguesa de Taná, sobre as mercadorias vindas do interior da Índia por aquele rio, para que se pudesse proporcionar o desenvolvimento mercantil de Bombaim. Gary lançava a hipótese de que, se tal não fosse alcançado, poderia impedir-se todos os navios lusos de navegar naquela baía, já que muitos dos pontos do auto de doação de Bombaim não estavam de acordo com o tratado de 1661.

O governador britânico advertia, porém, que exceptuando estas possibilidades comerciais, Carlos II apenas detinha ali os foros e rendas anteriormente cobrados pelo monarca português, os quais montavam 700 libras anuais. A ilha não produzia “mais que uma grande quantidade de cocos e arroz e outros provisões necessárias”, o que era manifestamente pouco para as despesas necessárias à defesa do local. Eram réditos muito escassos, resultantes de concessões antigas por parte dos anteriores senhores; tal era o caso da renda da alfândega de Maim, concessionada aos jesuítas por um valor bem mais baixo do que ela poderia render, havendo pois que decidir se se manteriam esta como outras patentes antigas.¹²⁰ Cook assinalava as dificuldades com que se deparavam para descobrir o verdadeiro estado destas rendas, dada a falta de disponibilidade dos religiosos para dar informações. De facto, alguns portugueses escreviam então para influen-

¹¹⁸ Carta de Henry Gary para Lord Arlington, 26/02/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, p.51).

¹¹⁹ Carta de Henry Gary para Lord Arlington, 01/04/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 52-54).

¹²⁰ Numa adenda a esta sua exposição a Lord Arlington, feita a 25/03/1665, Cook dava conta de um pedido do jesuíta António Barbosa, vigário de Parela, para manter os direitos sobre as rendas que a Companhia possuía em Maim há décadas. Parecia-lhe impensável que este direito se mantivesse, tendo ele uma vasta despesa na manutenção da guarnição local e sendo lógico que cessassem todas as mercês dadas pelo rei de Portugal (William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 49-50).

tes amigos em Londres, pedindo-lhes que interviessem junto do monarca britânico, para que este confirmasse as suas antigas patentes.¹²¹ Procuravam, assim, resistir à desestruturação de um sistema de exploração fundiária enraizado desde o início da presença portuguesa e que, como já foi dito, remontava a épocas anteriores. Este tinha sido responsável pela emergência desta elite local, constituída tanto por foreiros religiosos como fidalgos, que sempre tinham pago rendas baixas ante a fraqueza endémica da administração estatal, e que agora se via ameaçada nos seus privilégios.

Cook notava, ainda, que os portugueses lhes tinham deixado apenas duas construções, onde aliás se assinara o auto de entrega, justamente reclamadas por D. Inês de Miranda. Notava também a ausência de defesa, considerando-a absolutamente necessária e noticiando que tencionava construir apenas uma plataforma para segurança dos que ali estavam, além de dois ou três pequenos fortes e uma muralha na cidade. Não existia igualmente administração judicial, antes exercida a partir de Baçaim e Taná, tendo ele nomeado oficiais e construído uma prisão. Como a “língua principal é o português”, era necessário que os estatutos e leis fossem traduzidos. Finalmente, salientava-se que pedira a António de Melo de Castro as rendas daquela ilha desde Setembro de 1662, época da chegada da frota de Marlborough, sabendo porém que estas seriam negadas, pelo que o assunto deveria ser resolvido na Europa.¹²²

Algumas destas primeiras acções dos britânicos em Bombaim causaram algum desagrado no campo português, podendo salientar-se cinco questões fundamentais.¹²³ Por um lado, a rejeição do pagamento das receitas entre a data da chegada de Marlborough e a posse efectiva da ilha, considerando que estas só eram britânicas depois da sua posse; a este argumento Melo de Castro juntava, não sem ironia, que naquele período a despesa ultrapassara a receita, em face da

¹²¹ Nova adenda à carta para Lord Arlington referida, feita a 29/03/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, p. 50). Conhecemos cartas neste sentido de Bernardim de Távora e Francisco Coutinho a Carlos II, Mazagão e Bombaim, 24/03/1665 e 28/03/1665 (NA, PRO, SP 89/7, fl. 35). Estes reclamaram também para Lisboa que, muito embora deferindo suas pretensões, pouco podia fazer para que estes fossem restituídos nos seus privilégios. Veja-se o parecer do Conselho Ultramarino de 13/05/1665, sobre D. Inês de Miranda (AHU, Índia, cx. 47, doc. 170) e o traslado de um outro, elaborado a 16/10/1665, sobre D. Bernardim de Távora (AHU, Índia, cx. 47, doc. 208).

¹²² Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 13/03/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, pp. 44-47). A 22/08/1665 deu-se o protesto e reclamação do governador de Bombaim, em nome do rei da Grã-Bretanha, contra o vice-rei da Índia, sobre “os foros reais, direitos, rendas e mais costumes atrasados” (CTCP, III, pp. 88-89).

¹²³ Carta do capitão-geral das fortalezas do Norte, Inácio de Sarmiento Carvalho a Humphrey Cook, Baçaim, 17/05/1665, e respectivo protesto formal, Baçaim, 26/05/1665 (CTCP, III, 78-81 e 81-84). Cartas do vice-rei António de Melo de Castro, em resposta ao protesto do governador de Bombaim, Goa, ?/10/1665 e 06/11/1665 (CTCP, III, pp. 89-92 e 92-93). Carta do vice-rei ao rei, Goa, 05/01/1666 (CTCP, III, pp. 94-95).

defesa da região com a construção e manutenção de fortificações e presídios, pelo que a Coroa portuguesa é que seria credora da britânica. Noutra missiva, o vice-rei alterava os seus argumentos, lembrando que escrevera a Shipman e Oxeden propondo-lhes que cobrassem aquelas renda e satisfizessem as despesas, não tendo nenhum deles aceite.

Por outro lado, a recusa da posse britânica sobre Maim, que não lhes pertenceria alegadamente por ter jurisdição separada, um argumento pouco válido face à falta de justificação legal; exigia-se, ainda assim, a sua devolução juntamente com as rendas entretanto ali colectadas. O vice-rei alertava que era perniciosa a justificação de que se conseguia passar a pé de Bombaim para Maim aquando de maré vazia, dada pelos britânicos para ocupar esta última, pois “se isto se lhe conceder não tem Vossa Magestade rezão com que defenda as outras ilhas do Norte, porque tão bem de Bombaim se passa de maré vazia a Salsete e de Salsete a Baragão”. Melo de Castro comparava, contudo, situações bastante distintas, pois claramente os cursos de água evocados tinham leitos assaz diferenciados, razão pela qual os protestos sobre este assunto acabaram por cessar.

Em terceiro lugar, o repúdio pelo intento britânico de tomar fazendas e propriedades aos moradores da ilha e de quererem alterar os foros estipulados, problemática que se prolongou nos anos seguintes. Em quarto lugar, o protesto por alguns abusos em matéria religiosa, como a coação aos católicos para que praticassem actos contrários à sua fé e a pressão directa ou indirecta para que estes mudassem as suas crenças, levando-os “exercitar o que em Inglaterra se pratica”, como a sonegação de fazendas ou a obrigação da conversão das mulheres casadas com protestantes; a proibição da jurisdição dos eclesiásticos sobre os gentios, confinando-a à população católica; o apresamento de um franciscano “sem respeitar o hábito e a dignidade”; a permissão de que os gentios praticassem livremente a sua religião. Finalmente, a reclamação perante a prática dos britânicos de dar abrigo a portugueses criminosos fugidos do Estado da Índia, com o pretexto da conversão, e alguma irritação face à conduta de Henry Gary, que deveria ter mais “tento no modo como [...] fala da nação portuguesa”, por este ter aliciado tecelões em Chaul para que fossem para Bombaim.

Estes protestos portugueses não mereceram mais que lacónicas respostas de Humphrey Cook, rotulando de “incendiários” os que tinham feito chegar aquelas informações aos ouvidos das autoridades portuguesas. Neste sentido, negou as acusações que lhe eram feitas sobre assuntos religiosos e alegou que se limitara a recolher os tributos dos tempos da presença portuguesa, embora afirmasse a sua jurisdição para a criação de tributos novos; reafirmava também a legitimidade da anexação de Maim.¹²⁴ O governador britânico debatia-se, então, com outros problemas, nomeadamente a escassez de fundos, que não lhe permitia empreen-

¹²⁴ Contra-protesto de Humphrey Cook a Inácio Sarmiento de Carvalho, Bombaim, 27/05/1665 (CTCP, III, pp. 84-87).

der uma acção mais abrangente. Reemergiam as contendas entre oficiais reais e a EIC de Surate, com Oxenden a recusar o reforço de verbas para a administração da ilha e a remeter o assunto para Londres.¹²⁵ Ele próprio pediu à Corte britânica um reforço militar para Bombaim, além do envio de homens mais experientes, sugerindo a própria substituição de Cook. Muito embora desprezando os assuntos referentes a esta ilha, Oxenden achava-a um local saudável e bem localizado para o comércio, com possibilidades de se vir a tornar-se “a escala da Índia”.¹²⁶ Mesmo perante este cenário, recusou a possibilidade de se transferir a feitoria chefe da EIC de Surate para Bombaim, opinando que tal não seria prudente.¹²⁷

Nem a hipotética ameaça de ataque neerlandês a Bombaim, no último quarto de 1665, fez com que Surate satisfizesse o pedido de auxílio do governador com dinheiro, soldados e medicamentos, não colocando este a hipótese de abandonar a ilha.¹²⁸ As divergências entre estes avolumavam-se no que se referia ao posicionamento a tomar nas relações com os potentados indianos, nomeadamente sobre a conveniência em fortificar-se Bombaim, e em relação ao comércio naquelas paragens. Nos primeiros meses de 1666, permaneceram questões de competências entre o oficial régio britânico e os representantes da EIC, pedindo estes novo governador para aquela ilha, caso ela permanecesse em mãos régias.¹²⁹

Viviam-se então momentos de alguma dificuldade em Bombaim.¹³⁰ Além da falta de apoio financeiro por parte de Surate, as rendas continuavam a ser escassas, notando-se claramente que só um corte com os anteriores privilégios, esboçado na tomada da renda da pesca de Mazagão a Bernardim de Távora e na ocupação da casa de D. Inês de Miranda, poderia incrementar os proveitos da ilha. Gary notava que muitos portugueses, sobretudo os jesuítas, tinham feito usurpações em Bombaim, possuindo terras sem qualquer direito, pois antes tinham pertencido a templos e mesquitas, devendo por isso passar para o rei britânico. A dinâmica comercial também parecia falhar, sendo que Cook registou que “nenhum mercador de qualidade ou qualquer outro se tinha estabelecido aqui”,

¹²⁵ Carta de Sir George Oxenden para Humphrey Cook, Surate, 12/02/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 41-42).

¹²⁶ Carta de Sir George Oxenden para Lord Arlington, Surate, 16/03/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 42-43).

¹²⁷ Carta do Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, a 11/01/1666 (IOR/H/48, fl. 213-225).

¹²⁸ Carta do presidente e Conselho de Surate para Humphrey Cook, de 19/11/1665, resposta deste de 30/09/1665, nova carta de Oxenden para Cook de 12/10/1665, nova resposta deste de 05/11/1665 e, finalmente, novamente de Surate para Bombaim, de 18/11/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 58-61).

¹²⁹ Cartas do presidente Conselho de Surate para Londres citadas por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 181-86 e 187-89.

¹³⁰ Como relatam as cartas de Henry Gary e Humphrey Cook para Lord Arlington, 26/12/1665 e 02/01/1666 (publicadas por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 65-69 e 69-73 respectivamente).

opinando que não o fariam até que todos os navios da EIC e a feitoria de Surate se dirigissem para ali. A monção de 1665 fora igualmente nociva e pestilenta, reduzindo o já baixo número de homens da guarnição. Muito embora se tivesse já edificado uma fortificação junto ao mar, persistia a necessidade de construir um bom forte com boa guarnição permanente, para controlar eficazmente a ilha e o porto. O governador ressalvava, neste domínio, a importância de dominar a ilha das Patecas, controlada pelos portugueses. Finalmente, o possível ataque neerlandês preocupava os britânicos em Bombaim, que face a estas lacunas defensivas e recusa de apoio de Surate, requereu mesmo auxílio a António de Melo de Castro, no que não terá obtido resposta.¹³¹ Por tudo isto, Cook pedia para resignar ao lugar, possivelmente com o intuito de obter apoio régio face às inúmeras críticas a que estava sujeito, tanto de Oxenden como do próprio Henry Gary, que então escrevia com outros companheiros para Londres, acusando-o sob juramento de inúmeros desmandos.¹³²

A verdade é que na capital britânica, tendo-se sabido, em Julho de 1665, da morte de Sir Abraham Shipman, logo se começou a preparar a nomeação de um novo governador com estatuto social adequado. O processo arrastou-se durante meses, pois só no final do ano partiria um navio para o Oriente. A escolha recaiu sobre Sir Gervase Lucas, que levava instruções para arregimentar o maior número de britânicos estantes nos portos e feitorias asiáticas, mesmo ao serviço das Províncias Unidas, regulamentar a relação com a EIC; agradecer publicamente a Humphrey Cook os serviços prestados, salientando-os face a outros oficiais ali estacionados; manter boas relações com o Estado da Índia e pedir-lhe apoio em caso de necessidade, nomeadamente em caso de ataque neerlandês, levando para isso toda as missivas diplomáticas produzidas entretanto em Londres; conservar bom trato junto das elites portuguesas da ilha e das regiões envolventes, enquanto se inteirava das suas particularidades e interesses, devendo conforme o seu juízo aplicar pacificamente as ordens reais; fortificar o porto e a ilha e manter a máxima vigilância face aos potenciais inimigos; incrementar o comércio¹³³.

Embora o governador provido tivesse feito largas exigências de reforços, nomeadamente em termos de soldados,¹³⁴ Londres acabou por moderar o seu

¹³¹ Carta de António de Melo de Castro para o rei, Goa, 05/01/1666 (CTCP, III, pp. 94-95). O vice-rei relatava que quando falara a Humphrey Cook sobre o eminente ataque neerlandês, este “respondeu com grandes roncadas e depois me pede socorro com grande humildade”.

¹³² Carta de Henry Gary, Stevens e Ball para Lord Arlington, 26/12/1665 (publicada por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 73-75).

¹³³ William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, p. 189. Veja-se a cópia destas instruções em IOR/H/48, fl.197-200.

¹³⁴ Observações de Sir Gervase Lucas a partir dos papéis referentes a Bombaim que lhe haviam sido entregues por Lord Arlington (IOR/H/48, fl. 201-203) e carta deste de 10/04/1666 (referida por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, p. 190).

investimento, explicitamente por não ter a certeza da manutenção da ilha na sua posse, delegando na EIC eventuais necessidades de transporte e dinheiro.¹³⁵ Se inicialmente o rei se preparava para enviar uma expedição autónoma à Índia, levando o novo governador de Bombaim, rapidamente mudou de ideias dada a impossibilidade de a organizar em tempo útil, atribuindo à EIC àquela responsabilidade, bem como a de ir financiando os gastos de Lucas na gestão do território.¹³⁶ A Coroa britânica não investia, assim, de forma contundente no que seria o seu segundo fôlego para fazer prosperar aquela possessão régia na Índia, relegando-o para a EIC, prenúncio do que sucedeu anos mais tarde.

Sir Gervase Lucas iniciava assim o seu governo de forma algo fragilizada. As desinteligências com a EIC persistiram, nomeadamente no que respeitava às questões financeiras e aos transportes, tendo este completado o seu percurso para Bombaim em navio alugado, à mercê de ataques piratas.¹³⁷ Os rumores entretanto chegados ao Oriente da possibilidade da compra da ilha pelos portugueses, que então se discutia em Londres, como já se referiu, minavam a credibilidade britânica naquelas paragens, bem como a autoridade de Lucas, comentando-se ali que todos os que tinham pago impostos aos britânicos teriam castigo.¹³⁸ Antigo e novo governador de Bombaim pareciam também não se entender, sendo Cook acusado de extorsões aos habitantes da ilha e de não ter mando na soldadesca.¹³⁹ Finalmente, nos inícios de 1667 começaram a pairar notícias de que o rei britânico estaria a ponderar o abandono da ilha.¹⁴⁰

Sobressai, porém, a opinião extremamente positiva de Sir Gervase Lucas sobre Bombaim, não obstante estes constrangimentos; para ele, Carlos II tinha ali “o mais nobre porto e uma ilha muito fértil”.¹⁴¹ Nos meses seguintes o novo governador procurou tirar partido destas características, diligenciando no sentido de incrementar as receitas régias da ilha.¹⁴² Mais do que havia feito Cook, Lucas

¹³⁵ Parecer dos ministros do rei britânico Albemarle, Arlington e William Coventry, Londres, 05/04/1666 (IOR/H/48, fl. 204-205).

¹³⁶ Cartas dos directores da EIC para o presidente e Conselho de Surate, Londres, 17/03/1666 e 03/04/1666 (IOR/H/48, fls. 206-209 e 210-11 respectivamente).

¹³⁷ Vejam-se as inúmeras cartas referidas por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 193-97.

¹³⁸ Proclamação de Sir Gervase Lucas, 22/11/1666 (publicada por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 197-98).

¹³⁹ Cartas de Sir Gervase Lucas ao rei, Bombaim, 02/12/1666 e 25/12/1666 (IOR/H/48, fl. 270-271 e 272-74 respectivamente).

¹⁴⁰ Carta de Sir Gervase Lucas ao rei, Bombaim, 01/04/1667 (IOR/H/48, fl. 299-302).

¹⁴¹ Carta de Sir Gervase Lucas ao rei, Bombaim, 01/12/1666 (IOR/H/48, fl. 270-271).

¹⁴² Vejam-se as cartas de Sir Gervase Lucas a Lord Arlington e Lord Clarendon, Bombaim, 25/12/1666 e sem data (publicadas por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 289-91 e 291-92). Cartas de Henry Gary para Lord Arlington, 13/03/1667 e ?/03/1667 (publicadas por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 293 e 301-07).

empreendeu um corte com a estrutura social e fundiária existente em Bombaim desde os tempos do domínio português, confiscando terras que não tinham provas escritas de posse. Achava-se que, ante a inexistência de administração portuguesa na ilha, os jesuítas de Salsete, donos de Maim, Bernardim de Távora, senhor de Mazagão, e D. Inês de Miranda, possuidora de Bombaim, eram os verdadeiros senhores do território, exercendo todo poder discricionariamente sobre os moradores.¹⁴³ Os governadores do Estado da Índia tinham, ao longo dos anos, permitido a delapidação do património régio naquele território, beneficiando estes poderosos, pelo que Lucas se aplicava agora na sua recuperação.

Lucas terá, então, nestes primeiros meses, confiscado 140 hortas aos jesuítas, 52 aos habitantes da vizinha Bandorá, 6 a D. Bernardim de Távora, além de outras 63¹⁴⁴. O governador antevia que a resistência destes foreiros se fizesse sentir na Corte britânica, esperando que estes protestos não tivessem seguimento, a fim de poder levar por diante o seu objectivo de aumentar as receitas na ilha. Estas apreensões eram justificadas pela observância estrita do artigo 11.º do tratado de 1661, o qual estipulava que tudo seria dado ao rei britânico, devendo apenas manter-se a liberdade do culto católico; Lucas isentava-se assim totalmente do auto de entrega imposto por António de Melo de Castro ao seu antecessor, admitindo apenas o estabelecimento de uma comissão para discernir querelas relativas a questões de fé, as quais já se faziam sentir.

Em termos comerciais, pesavam os altos tributos cobrados pelos portugueses em Taná, relativos ao fornecimento de todos os bens vindos do interior, para o menor desempenho do novo estabelecimento britânico. Se Bombaim era a porta de saída deste complexo fluvial no sul da Província do Norte do Estado da Índia, Taná era a chave para as ligações ao território indiano. Henry Gary, sempre preocupado com os aspectos mercantis da possessão, instava Londres a interceder junto de Lisboa para que fosse garantida a liberdade de navegação no rio de Taná.

¹⁴³ Veja-se a petição de 225 habitantes de Bombaim, 123 cristãos, 84 hindus e 18 muçulmanos, acusando os “antigos foreiros maiores ou proprietários de terras, homens poderosos, arrogantes e violadores, eclesiásticos como civis”, que exerciam o seu poder de forma arbitrária, roubando, matando e não permitindo o exercício da religião que não a católica, entre outros desmandos (publicada por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 309-10).

¹⁴⁴ A «Lista das fazendas que os ingleses repetidas vezes confiscaram aos vassallos de Portugal em Bombaim e Maim e cômputo dos rendimentos anuais das mesmas fazendas por preços diminutos», inserta no «Discurso Apologético e Compêndio histórico das insolências da Companhia Anglicana em Bombaim...» (BNP, *Manuscritos*, cód.10703), elaborado na segunda metade da década de 1720, permite reconstituir a posse da terra na área ocupada pelos britânicos: as diversas missões jesuíticas, por um lado, e D. Inês de Miranda, por outro, possuíam cada uma quase um terço dos rendimentos da ilha, totalizando em conjunto 65%; Francisco Murzelo era também um dos foreiros laicos mais rico, recolhendo 7% das receitas; vários moradores da vizinha povoação de Bandorá detinham 20% das receitas, quedando-se os restantes moradores da jurisdição de Baçaim com 8%. Estes dados permitem, assim, corroborar a apreciação dos britânicos sobre a estrutura económico-social da ilha antes da sua tomada de posse.

A relação com os portugueses na Ásia não foi, efectivamente, fácil nos tempos seguintes: estas pretensões foram negadas em Goa, “porque do contrário ficaria ao inglês o útil todo daquelas fortalezas do Norte”, desculpando-se o vice-rei que na Índia não havia poder para conceder isenções de direitos reais e planeando, antes, a fortificação de lugares naquela baía como Turumbá (Trombay) e a ilha de Elefante; os britânicos não esperavam qualquer apoio do Estado da Índia, nomeadamente face a possíveis confrontos com os neerlandeses, sendo que este pretendia efectivamente manter-se neutral; os portugueses reclamaram a restituição das terras confiscadas, tendo Goa determinado que o almirante D. Jerónimo Manuel fosse requerer o cumprimento das capitulações de paz e de entrega da ilha, admitindo-se o uso da força em última opção e “nos lugares expressamente conforme os capítulos de entrega ficam fora da jurisdição do inglês”. As fricções entre britânicos e portugueses tinham, aliás, um novo factor de perturbação: o antigo governador Humphrey Cook era agora acusado de passar-se para o lado dos jesuítas, planeando a invasão da ilha.¹⁴⁵

A morte repentina de Sir Gervase Lucas, em meados de 1667, levou Henry Gary ao poder em Bombaim. Tanto este como Oxenden foram unânimes em elogiar o governo de Lucas, traduzido principalmente no aumento exponencial dos dividendos reais na ilha, que de 1.100 libras anuais tinham passado para 6.500 libras.¹⁴⁶ O novo governador tinha agora, porém, que fazer face à oposição declarada de Humphrey Cook. Refugiado em território português, primeiro numa aldeia jesuíta de Goa, depois na própria sede do poder da Companhia de Jesus no sul da ilha de Salsete, em Bandorá, Cook reclamou a sucessão de Lucas junto de Gary. Este declarou-o traidor, por pretender aliar-se ao governador-geral de Goa e ao capitão-geral do Norte para expulsar os britânicos do território, tendo sido mal sucedido quando reclamou a sua extradição junto de António de Melo de Castro.¹⁴⁷

Independentemente destas contentas, em Londres, a Coroa britânica decidia em definitivo desistir da exploração directa de Bombaim, entregando-a à EIC. A ilha tinha para Carlos II diminuta utilidade, pelo que pensou abandoná-la pouco tempo depois da sua aquisição, pressentindo que os benefícios longínquos não justificavam as despesas de manutenção. O encargo foi aceite pela Companhia, alegadamente para contrariar diferenças entre a feitoria de Surate e o governo régio da ilha, quando na verdade há muito desejavam aquela possessão

¹⁴⁵ Carta de Henry Gary para Lord Arlington, ?/03/1667 (publicada por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 301-07) e assentos do Conselho de Estado de 27/04/1667 (ACE, IV, doc. 72), de 27/01/1668 (ACE, IV, doc. 74) e de 08/03/1668 (ACE, IV, doc. 75).

¹⁴⁶ Carta de Sir George Oxenden para Lord Arlington, Surate, 04/07/1667 (publicada por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 295-96) e carta de Henry Gary para Lord Clarendon, Bombaim, 22/12/1667 (IOR/H/48, fl. 350-353).

¹⁴⁷ polémica que se pode acompanhar em diversas cartas transcritas por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 296-99.

para defesa e incremento do seu comércio na zona.¹⁴⁸ Naturalmente que Londres procurou que o Estado da Índia mantivesse o mesmo relacionamento, amizade e boa correspondência com os britânicos, como se Bombaim estivesse sob custódia régia, pois as duas coroas beneficiariam do bom desempenho da EIC.¹⁴⁹ Diligenciou também no sentido de que os navios britânicos que operassem nas Índias Orientais gozassem de liberdade de navegação, recordando-se o 12.º artigo do tratado de 1661.¹⁵⁰

5. Conclusão

Este retardamento da entrega de Bombaim ao Reino Unido por cerca de dois anos e meio, gerador de tantas paixões e interpretações por parte da historiografia, deve enquadrar-se como mais um episódio resultante de uma conjuntura europeia complexa, uma época dramática para a sobrevivência de Portugal e um cenário de forte concorrência entre os diversos agentes no cenário asiático. O sucedido desencadeou-se por atritos pessoais, num contexto melindroso em que um vice-rei da Índia portuguesa era transportado por uma esquadra real britânica, para cumprir uma missão claramente desfavorável a Portugal, mas unanimemente considerada necessária à preservação da sua independência recém-conquistada. Lisboa cedera às pretensões britânicas sobre Bombaim, bem como a um vasto leque de outras doações, ante a ânsia de firmar o tratado, considerando que a perda era ainda assim limitada, pois aquela ilha constituía uma das circunscrições fiscais menos valiosas das suas possessões orientais, sendo crível que os negociadores portugueses tenham usado o seu maior conhecimento da geografia para iludir os seus interlocutores sobre a real dimensão da concessão.

Para além disto, devem sobretudo considerar-se os interesses das elites do Estado da Índia e dos foreiros de Baçaim. As primeiras, muito abandonadas à sua sorte há décadas, devido à conflituosidade global da monarquia hispânica com outras nações europeias, tinham margem de manobra cada vez mais lata na condução dos seus assuntos. Nesta ocasião, independentemente do que se forjava na Europa, hesitaram entre os benefícios da aliança com os britânicos, que permitia estancar a sangria de praças que se verificava para os neerlandeses, ou a perda de uma pequena posição da sua Província do Norte, marginal do ponto

¹⁴⁸ Carta dos directores da EIC ao presidente e Conselho de Surate, Londres, 06/04/1668 (IOR/H/48, fls. 303-316). George Clark, *The Later Stuarts, 1660-1714*, in George Clark (ed.), *The Oxford History of England - The Later Stuarts, 1660-1714*, vol. 10, 2.ª edição, Oxford, Clarendon Press, 1956, pp. 60 e 349.

¹⁴⁹ Instruções de Sir Robert Southwell, enviado extraordinário à Corte de Portugal, pelo rei da Grã-Bretanha, Whitehall, 10/?/ 1668 (NA, PRO, SP89/9, fl68-71).

¹⁵⁰ Memória de Sir Robert Southwell ao príncipe de Portugal, Lisboa, ?/12/1668 (NA, PRO, SP89/9, fls. 186-187; BL, Add.34.331 fls. 96-97v).

de vista do orçamento do Estado, embora reconhecidamente de valor estratégico. Os segundos eram os principais usufrutuários das terras daquele distrito há várias gerações, com um mando que ultrapassava aliás a mera condição de detentores de bens régios, assumindo-se em vários campos da administração do distrito. Tudo fizeram para impedir a nefasta decisão de Lisboa, não aceitando ser eles os sacrificados ante os supremos interesses da Coroa portuguesa.

O vice-rei jogou como pode neste cenário, sendo certo que se apercebeu, mais do que saberia em Lisboa, do prejuízo para o reino da perda daquela posição. Por um lado, era a alienação de um importante porto para a navegação portuguesa na costa ocidental indiana, por outro a permissão de que outro potentado europeu se introduzisse e concorresse com aquela numa área onde até então tinha detido uma certa hegemonia, nomeadamente comercial. Melo de Castro alcançou, ainda, os danos ao nível geo-estratégico para a Província do Norte, sobretudo para o distrito de Baçaim, que doravante passaria a estar encurralado entre os potentados muçulmanos do interior e os britânicos estabelecidos na barra do principal curso fluvial da região. Um entendimento político entre estas duas forças acarretaria sérios riscos para a presença portuguesa, como aliás veio a acontecer três quartos de séculos depois. Perante este cenário a resposta régia foi clara: para se alcançar os objectivos vitais pelos quais fora realizado o tratado, este tinha de ser cumprido integralmente, mesmo achando-se que a perda era mais nociva do que fora pensado.

António de Melo de Castro, depois de atrasar a entrega pelo espaço de tempo de uma viagem de ida e volta da Ásia à Europa, viu findar o seu espaço de manobra para conservar a ilha, não tendo outra alternativa senão acatar as ordens do seu rei. Note-se que os seus argumentos foram ponderados em Lisboa, nomeadamente a reacquirição de Bombaim por compra, hipótese que acabou por gorar-se pela clara exaustão das finanças da Coroa portuguesa, a braços com uma situação político-militar extremamente delicada. Como praticamente todos os demais governadores do Estado da Índia, este fidalgo continua a aguardar uma biografia, pelo que pouco se sabe do seu percurso depois deste episódio. A 14 de Maio de 1665 terá recebido uma instrução para regressar de imediato ao Reino, devendo prestar contas da sua actuação. Regressou, de facto, a Portugal a 17 de Outubro de 1666, sendo reportada para Londres a sua chegada e imediata prisão, vivendo os seus últimos dias em Colares, onde foi sepultado.¹⁵¹

Do lado britânico devem considerar-se essencialmente as duas entidades envolvidas neste processo, a Coroa e a EIC. De acordo com a posição dominante em Londres, Carlos II firmou uma aliança com Portugal, no seguimento aliás de

outros entendimentos pós-Restauração e, mesmo, de uma tradição histórica de proximidade entre as suas potências marítimas. Perante o sucedido, esta corrente exigiu a Lisboa que as condições acordadas fossem cabalmente cumpridas, pois de outra forma a sua própria credibilidade seria posta em causa, não passando contudo de protestos verbais e ameaças veladas e continuando a fornecer algum do auxílio militar prescrito no tratado para a guerra na Península Ibérica. Esta posição britânica reflectia, por um lado, a sua confiança de que Portugal não tinha alternativa senão cumprir com o estipulado, por outro, que também não lhes interessaria o rompimento da aliança, útil no quadro da conjuntura europeia.

No que respeita aos oficiais régios britânicos na Ásia, o que parece mais evidente é a sua falta de meios para responder aos acontecimentos, o que denota o limitado investimento da Coroa nesta empresa. Efectivamente, a dinâmica britânica no Oriente era assegurada em larga escala pela EIC, a quem escassos anos após a tomada de posse foi entregue Bombaim, corroborando esta tendência. O episódio foi gerido com grande cautela pela Companhia, sempre céptica quanto à conveniência e oportunidade de se apossar da ilha, pouco colaborante com as autoridades régias do seu país, mesmo depois da entrega, e prudente na relação com o Estado da Índia, não fossem os seus interesses de ordem fundamentalmente comercial. O que ressalta da sua condução do processo, dirigida a partir de Surate mas acompanhada pelos directores da Companhia em Londres, é a extrema preocupação em não perder a posição já adquirida na Ásia e o seu desejo em não embarcar em despesas inúteis.

Em síntese, por meados de seiscentos, este episódio, para além de um certo mal estar que causou entre as duas Cortes, e sobretudo entre os oficiais portugueses e britânicos na Índia, acabou por não ter consequências de maior, a não ser o cumprimento efectivo do que estava estipulado no tratado, numa interpretação razoável e objectiva. Nada de substancial se alterou com este facto, tanto na Europa, onde às duas Coroas interessava supremamente esta aliança, como na Ásia, onde uma concorrência e rivalidade herdada do período anterior se manteve nas décadas seguintes. Para a Província do Norte não terá sido o início do fim, mas representou certamente um duro golpe na ordem política, económica e social que ali se ia cristalizando há mais de um século. Os desentendimentos ao nível local entre os dois campos europeus, separados por um estreito curso fluvial, avolumaram-se nas décadas seguintes, até em virtude dos termos impostos no auto de entrega pelo vice-rei, numa derradeira iniciativa para fazer gorar a viabilidade do estabelecimento britânico.

¹⁵¹ Pedro de Azevedo, "A entrega de Bombaim e o castigo do vice-rei da Índia", in *Revista de História*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, 1912, ano I, 1.º vol., pp.16-18; *Tratado de todos os Vice-reis e Governadores da Índia*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1962, p.157. Cartas do embaixador Robert Southwell, Lisboa, 16/10/1668 e 13/11/1668 (NA, PRO, SP89/9, fls. 117-118 e 126-127).